

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO “Lato Sensu” ESPECIALIZAÇÃO EM
EDUCAÇÃO NA CULTURA DIGITAL**

REJANE BUTH HEEMANN

**A INTEGRAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CENTRO DE
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE SEARA.**

Florianópolis

2016

REJANE BUTH HEEMANN

**A INTEGRAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DOCENTRO DE
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE SEARA.**

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação “Lato Sensu” Especialização em Educação na Cultura Digital da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Educação na Cultura Digital.

Prof.^a Me. Elaine Cristina Reis

Orientadora

Florianópolis

2016

REJANE BUTH HEEMANN

**A INTEGRAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CENTRO DE
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE SEARA.**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para a obtenção de título de Especialista, e aprovado em sua forma final pelo Curso de Especialização em Educação na Cultura Digital.

Banca Examinadora

Prof.^a Me. Elaine Cristina Reis

Orientadora

Prof.^a Dr.^a Elisa Maria Quartiero

Membro

Prof.^o Me. Everton de Almeida

Membro

Data de aprovação: _____/_____/_____

A Gilnei Buth,

Meu irmão de sangue, de alma e do coração, que nos deixou em sua vida terrena, no dia 23 de maio de 2016, no vigor dos 45 anos. Esteja onde estiver, o seu sorriso e sua maneira de ser estará sempre viva em nossa memória, você estará guardado em nossos corações, pois na memória de quem ama não há lugar para o esquecimento, só para saudade. Amamos-te eternamente!

AGRADECIMENTOS

Minha orientadora Prof.^a Me. **Elaine Cristina Reis** pelo apoio e ajuda inclusive nos momentos de grande dificuldade durante a realização do trabalho, pela confiança e a competência na orientação deste estudo.

Arlei, meu esposo e companheiro, pelo incentivo não só em relação ao este trabalho, mas em tantas atividades da minha vida onde sempre é um eterno incentivador.

Meus filhos **Mayara Daiane, João Vítor e Gabriel Henrique** razão da minha luta e alegria de viver a cada dia que passa, pela compreensão nas ausências para concluir trabalhos do curso e o próprio TCC.

Meus pais **Almiro e Loiva** pelo cuidado, apoio e amor que transmitem todo dia, também pela ajuda diária no cuidado dos meus filhos para que eu pudesse me dedicar aos estudos.

Irmãos **Gilnei** (in memorian) e **Gilmar** pelo amor incondicional dispensado e pela grande parceria de verdadeiros irmãos.

Cunhadas **Ione e Marizete** e sobrinhos **Millene e Samuel** pelo apoio e carinho.

Colegas de trabalho **Clasi e Thiane** pela parceria, apoio e torcida para que este curso terminasse com êxito.

Todos os professores, tutores, técnicos e idealizadores do curso pelos momentos de aprendizagem no decorrer do mesmo.

RESUMO

Frente às mudanças na sociedade devido aos avanços das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC), compreendemos que a escola deve adequar-se a esta realidade e incluir as TDIC nas práticas pedagógicas com eficiência para que o processo ensino - aprendizagem ocorra com sucesso. Assim, este estudo objetiva integrar as TDIC ao Projeto Político Pedagógico (PPP) do Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) de Seara. Para tanto, analisamos o PPP do CEJA Seara com o propósito de verificar se e como ocorre a inserção das TDIC no referido documento; e então, propomos alterações que privilegiem a integração das TDIC no PPP do CEJA Seara. Isto porque entendemos que existe a necessidade de que as TDIC estejam contempladas no PPP da escola, porque compreendemos que o PPP é um importante documento no contexto escolar.

Palavras Chave: Projeto Político Pedagógico; Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação; Centro de Educação de Jovens e Adultos de Seara.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1. EDUCAÇÃO NA CULTURA DIGITAL	9
1.1 AS DIFERENTES GERAÇÕES E A TECNOLOGIA	14
1.2 CULTURA DIGITAL E COMUNIDADE ESCOLAR CEJA SEARA	15
1.2.1 Cursos de Formação e CEJA Seara	18
1.3 CURRÍCULO	19
1.3.1 Currículo e CEJA Seara.....	22
1.3.2 Tecnologias e Currículo	23
2. METODOLOGIA	25
2.1 CAMPO DE PESQUISA	27
3 O PROJETO, O POLÍTICO E O PEDAGÓGICO:.....	28
3.1 O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E AS TDIC	30
3.2 O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NO CEJA SEARA	31
3.3 ALTERAÇÕES SUGERIDAS PARA O PROJETO POLÍTICO- PEDAGÓGICO - CEJA SEARA.....	36
CONCLUSÃO	38
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40
ANEXOS.....	43

LISTA DE SIGLAS

ADR – Agência de Desenvolvimento Regional.

PPP - Projeto Político Pedagógico

PAC - Planejamento das Ações Pedagógicas

CEJA – Centro de Educação de Jovens e Adultos

TDIC – Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação

DEL – Desenvolvimento Econômico Local

PLAC – Plano de Ação Coletivo

GETED - Gerência de Tecnologias Educacionais e Inovação

SED - Secretaria de Estado da Educação

SC – Santa Catarina

SISMÉDIO - Programa Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio

GERED - Gerência Regional de Educação

UD - Unidade Descentralizada

NAES-Núcleo Avançado de Ensino Supletivo

LDB-Lei de Diretrizes e Bases

EJA-Educação de Jovens e Adultos

PGE - Plano de Gestão Escolar

NTE – Núcleo de Tecnologias Educacionais

INTRODUÇÃO

O presente estudo sugere reflexões sobre o Projeto Político Pedagógico (PPP)¹ (Anexo A) e o Planejamento das Ações Pedagógicas (PAC) fundamentadas na participação de toda a comunidade escolar e assim a revisão e a reconstrução do PPP do Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA), de Seara, com vistas à inclusão das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) no referido PPP e, conseqüentemente, nas práticas pedagógicas.

O PPP define a identidade da escola, sendo um conjunto de elementos orientadores de toda ação pedagógica, além de indicar caminhos para os processos de ensino-aprendizagem, respeitando o percurso formativo do estudante, é norteador da aprendizagem. O documento citado é um desafio constante para a escola que busca uma educação de qualidade, considerado um espaço democrático onde toda comunidade escolar tem a possibilidade participar objetivando a melhorar cada vez mais a prática educativa.

A escola que priva por formar cidadãos com saberes indispensáveis para sua inserção na sociedade, mesmo que seu trabalho parta da realidade do aluno, precisa também formar cidadãos que contribuam ativamente da vida econômica e social do país. Diante dos avanços tecnológicos é necessário inserir e apoiar o trabalho das TDIC no cotidiano da escola, e principalmente os gestores escolares precisam comprometer-se e prover condições para que os professores possam incorporar as TDIC em sua prática favorecendo a aprendizagem dos alunos. Para garantir que a tecnologia esteja a serviço da aprendizagem, ela precisa estar contemplada no PPP da escola.

Esta pesquisa traz também reflexões em relação à educação na cultura digital, pois na atualidade os avanços tecnológicos estão revolucionando a comunicação e a informação, neste contexto a educação como formadora de cidadãos precisa preparar seus alunos para usufruir da tecnologia com competência a favor do processo de ensino - aprendizagem.

Sabe-se que a maioria dos alunos do ensino básico tem muita facilidade em lidar com as diferentes TDIC, já em relação aos professores, estes não tem tanta facilidade, isso geralmente se deve por terem nascido em épocas diferentes, assim os professores têm a necessidade de se adaptar e aprender a lidar com as diferentes tecnologias a disposição. Em se tratando da Educação de Jovens e Adultos a realidade em relação aos alunos difere dos da

¹ O PPP do CEJA Seara é denominado Plano Político Pedagógico.

educação básica, pois existem diferentes gerações numa mesma turma e a capacidade e facilidade de domínio das diferentes tecnologias também muda de um para outro aluno.

Ensinar e aprender são um desafio constante no dia a dia da escola, é fundamental planejar o currículo na perspectiva da inclusão das TDIC, onde novas ferramentas tecnológicas surgem diariamente e estas podem ser utilizadas em sala de aula para promover o processo ensino - aprendizagem. Acredito que as tecnologias podem ser importantes aliadas na sala de aula, mas os professores necessitam de formações para incluir as mesmas com domínio em seus planejamentos e nas atividades desenvolvidas com seus alunos.

A escola precisa promover uma educação com a inclusão das TDIC, assim a necessidade de adequar seu currículo, programas, conteúdos, bem como elaborar uma proposta pedagógica que venha a atender a necessidades de seus professores na questão das formações e bem como os alunos exigindo assim uma mudança de postura frente ao processo ensino - aprendizagem. Outro fator de grande relevância é incluir o uso das TDIC no PPP da escola com a efetiva participação de toda comunidade escolar, como enfatiza Ferrari (2011, p.160): “Para concretizar um sonho coletivo é necessário acreditar na mudança. A transformação da realidade da escola pode ser fruto da participação de todos os envolvidos. Essa transformação pode perpassar os muros da escola”.

No decorrer deste trabalho encontramos um breve relato das TDIC, PPP bem como uma proposta de inclusão das TDIC no CEJA - Seara/SC enfatizando a importância da participação de todos os envolvidos na escola para a revisão do PPP, promovendo também uma gestão democrática na instituição escolar citada.

1. EDUCAÇÃO NA CULTURA DIGITAL

Na Era Digital em que vivemos o processo de ensino - aprendizagem em salas de aula, torna-se cada vez mais um desafio aos alunos e aos educadores. É necessário que os métodos utilizados nesses processos estejam adaptados às novas tecnologias, pois passamos por uma revolução cultural intensa e a educação pode contribuir para que as novas gerações que são cidadãs dessa cultura e contribuir para uma aprendizagem mais efetiva, que acontece quando tem sentido para o aluno. Conforme Santos (2008, p. 33): “A aprendizagem somente ocorre se quatro condições básicas forem atendidas: a motivação, o interesse, a habilidade de compartilhar experiências e a habilidade de interagir com os diferentes contextos”.

Dar acesso às tecnologias é uma condição técnica imprescindível e básica para qualquer projeto de inovação fundamentada em acesso à cultura digital, isso representa um

desafio à ideia de que a inovação seja apenas o resultado de um investimento econômico ou de infraestrutura, e abra o caminho a uma definição mais completa de inovação como, por exemplo, a formação dos educadores. Nesse sentido somos privilegiados em fazer parte de um grupo de especialização nesta área.

Crianças e adolescentes, gerações que estão ligadas diretamente à evolução digital, se fazendo diariamente presente em forma de mídias e tecnologia, dão aos pais e educadores a preocupação de que estes utilizem os recursos digitais de maneira correta. Vivemos na era tecnológica as mencionadas crianças e adolescentes chegam à escola com informações sobre diferentes assuntos, vivem no mundo da informação, segundo Martin-Barbero (2002, p.225) “a escola deixou de ser o único lugar onde o saber é difundido”, pois, além dela existe muitos saberes por meio da televisão, internet, jornais, revistas, etc., fazendo assim, com que esta não seja mais o único lugar de socialização e processo de aprendizagem, desta forma a escola deverá ter um planejamento para incluir a cultura digital e utilizar esta ferramenta no processo ensino - aprendizagem.

Nesse sentido, o professor, conforme Melo (2008, p. 23) “deve exercer seu papel de mediador na elaboração crítica de critérios de leitura das formas simbólicas ofertadas pelos meios de comunicação e tecnologias digitais”. Assim, o professor deve planejar onde, como, quando e por que usar essa ferramenta, a tecnologia digital, para que este instrumento resulte em construção do conhecimento.

Novas ferramentas estão surgindo a cada dia e o uso dessas na sala de aula enriquece e facilita o aprendizado. A preocupação de diversas áreas do ensino é facilitar o acesso dessas ferramentas a população acadêmica para que os alunos aprendam utiliza-las e que esse aprendizado contribua para o processo de ensino - aprendizagem. É de suma importância nos dias atuais atrelar a tecnologia ao ensino em geral, pois como a sociedade está se modernizando a escola deve se atualizar para proporcionar um melhor processo de ensino - aprendizagem. Também podemos perceber que quando trazemos metodologias novas para a sala de aula, esta se torna mais dinâmica e mais interessante, fazendo assim com que os alunos compreendam melhor os conteúdos apresentados. Do mesmo modo, é indispensável nos dias de hoje, os professores estarem sempre se atualizando, pois com isso melhoramos o ensino, valorizamos o fazer docente, e conseqüentemente melhoramos a sociedade, pois a educação é base de tudo. Só iremos realmente desenvolver nosso país quando for dada à educação, a importância necessária.

Para empreender um trabalho, no espaço escolar, comprometido com uma nova realidade tecnológica, o professor precisa criar novas metodologias de ensino - aprendizagem

que tenham como ponto de ancoragem a realidade da escola e de seus protagonistas, relacionando o cotidiano escolar a contextos mais amplos, articulando o senso comum ao saber sistematizado e socialmente construído, integrando e contextualizando os diversos componentes curriculares à nova realidade social. (PRETTO, 1999).

Dadas as transformações sócio-culturais que ocorrem numa velocidade jamais vista, os profissionais da educação devem estar continuamente se informando, se transformando, se formando (PRETTO, 1999). Para que os recursos tecnológicos façam parte da vida escolar é preciso que alunos façam o uso consciente das TDIC, para questões que vão além do cotidiano como pesquisas, experiências, entre outras, já os professores com o intuito de ampliar suas possibilidades de práticas pedagógicas, de forma que a tecnologia seja de fato incorporada no currículo escolar, e não vista apenas como um acessório ou aparato marginal.

Ao usarmos as tecnologias em sala de aula estaremos tornando o processo de ensino - aprendizagem mais atrativo e dinâmico aos educandos. Sabemos também que os educandos quanto mais jovens são, mais familiarizados estarão com as ferramentas tecnológicas, percebemos que é este um dos principais desafios, pois, na era digital em que vivemos o processo de ensino - aprendizagem em salas de aula, torna-se cada vez mais um desafio aos educadores. É necessário que os métodos utilizados nesses processos estejam adaptados às novas tecnologias, pois passamos por uma revolução cultural intensa e a educação tem que preparar as novas gerações para serem cidadãos dessa cultura e contribuir para uma aprendizagem mais significativa. Conforme Valente (1999, p.9):

A introdução da informática na educação, segundo a proposta de mudança pedagógica, como consta no programa brasileiro, exige uma formação bastante ampla e profunda dos educadores. Não se trata de criar condições para o professor simplesmente dominar o computador ou o software, mas sim auxiliá-lo a desenvolver conhecimento sobre o próprio conteúdo e sobre como o computador pode ser integrado no desenvolvimento desse conteúdo.

Ao aprofundar a questão das interações das TDIC e educação constata-se que os processos de formação terão que ser repensados e planejados para incluir cada vez mais as TDIC em cursos de formações para docentes. Como cita Demo (2008, p.134): “Temos que cuidar do professor, porque todas essas mudanças só entram bem na escola se entrarem pelo professor, ele é a figura fundamental. Não há como substituir o professor. Ele é a tecnologia das tecnologias, e deve se postar como tal”.

Os professores, desta forma, são convidados a experimentarem novas ferramentas, novas metodologias no processo ensino - aprendizagem, passando a ser mediadores desse processo. Como enfatiza Masetto (2000, p. 142):

O professor assume uma nova atitude. Embora, uma vez ou outra, ainda desempenhe o papel de especialista que possui conhecimentos e/ou experiências a comunicar, no mais das vezes desempenhará o papel de orientador das atividades do aluno, de consultor, de facilitador da aprendizagem de alguém que pode colaborar para dinamizar a aprendizagem do aluno, desempenhará o papel de quem trabalha em equipe, junto com o aluno, buscando os mesmos objetivos: uma palavra desenvolverá o papel de mediação pedagógica.

Sabemos que não basta apenas conhecer as ferramentas tecnológicas. É preciso, além de conhecer a sua dinâmica, integrá-las ao currículo, ou seja, discutir sua utilização, planejar a metodologia para colocar as atividades em prática e promover a articulação entre os mediadores pedagógicos que irão utilizá-las. Segundo Valente (2002, p. 6):

A solução para uma educação que prioriza a compreensão é o uso de objetos e atividades estimulantes para que o aluno possa estar envolvido com o que faz. Tais alunos e objetos devem ser ricos em oportunidades, que permitam ao estudante explorar-lá e, ainda, possibilitar aberturas para o professor desafiá-lo e, com isso, incrementar a qualidade da interação com o que está sendo feito.

Os benefícios oriundos de experiências com o uso de TDIC podem transformar a maneira com que os docentes planejam os conteúdos de suas aulas, bem como a forma de articulação e mediação nos espaços de aprendizado colaborativo. Diante de tantas possibilidades tecnológicas, os docentes devem estar preparados para escolher adequadamente quais as ferramentas que permitirão promover a integralização do currículo escolar e potencializar as trocas realizadas entre as comunidades colaborativas de aprendizagem, que trazem consigo, além de exemplos ricos de suas vivências, anseios por novas descobertas. Segundo Almeida (2010, p. 69):

O currículo construído em ato entre professor e alunos na sala de aula convencional ou no ciberespaço engloba tanto os conhecimentos científicos organizados em materiais didáticos (impressos, audiovisuais, hipermídias) como os elementos simbólicos culturais, os saberes da prática docente, os conhecimentos prévios dos alunos e professores, as práticas sociais de comunicação, as técnicas e os artefatos.

Dois fatores devem ser decisivos para o sucesso das TDIC nas escolas, o humano e o tecnológico, ambos deverão estar em sintonia para que o desenvolvimento das atividades pedagógicas não se perca no tempo e espaço. Para Sancho et al. (2006, p.36):

Para que o uso das TIC signifique uma transformação educativa que se transforme em melhora, muitas coisas terão que mudar. Muitas estão nas mãos dos próprios professores, que terão que redesenhar seu papel e sua responsabilidade na escola atual. Mas outras tantas escapam de seu controle se inscrevem na esfera da direção da escola, da administração e da própria sociedade.

Diante do exposto a importância do trabalho coletivo de todos os envolvidos no processo de ensino - aprendizagem, no qual todos se desempenhem em ajudar, trocar experiências e apoiar uns aos outros, em enfrentar medos e resistências quanto à era tecnológica. A introdução das tecnologias digitais na escola exige dos profissionais um processo reflexivo. Para atingir este nível de pensamento reflexivo, segundo Almeida (1998, p. 43):

[...] é preciso que o professor vivencie situações em que possa analisar a sua prática e a de outros professores; estabeleça relações entre estas e as teorias de desenvolvimento subjacentes; participe de reflexões coletivas sobre as mesmas; discuta suas perspectivas com os colegas; e busque novas orientações.

As instituições educacionais podem e devem dedicar em seu planejamento e ao currículo algumas horas para educação digital, ou seja, para educar quanto ao uso ético e legal dos meios digitais. Pensamos que a elaboração de material didático específico para o tema, além de formações com professores capacitados seja de suma importância, como afirma Buzatto, (2006, p.10):

Essa "nova" formação do professor guarda homologias com a emergência dos novos letramentos (digitais) que ele precisa dominar, isto é, que não deva ser vista como uma cisão entre velho e novo, real e virtual, impresso e digital, mas como um processo de entrelaçamentos, apropriações e transformações entre o que tínhamos e sabíamos fazer e o que queremos ter e precisamos aprender a fazer. O que torna a formação do professor um desafio fantástico não é a ideia ingênua de que podemos/devemos recomeçar do zero, mas justamente a necessidade de integrar o novo com o que já temos/sabemos, a partir do que já temos/sabemos, transformando esse conjunto de práticas, habilidades e significados da mesma forma como novos letramentos transformam os seus precursores.

A tecnologia já faz parte do dia a dia da escola e parte dos professores e gestores já mudaram sua maneira de pesquisar, buscar informação e se atualizar. O estudo solitário está dando lugar ao aprendizado em rede. A troca, antes restrita à sala de professores, hoje acontece também pela internet, que permite o compartilhamento de saberes com profissionais de todo o planeta.

No momento em que a escola assume uma educação voltada para a inclusão das TDIC, precisa, antes de tudo, adequar seu currículo, programas, conteúdos e, em especial, estruturar uma proposta político-pedagógica que venha a atender as reais necessidades dos educandos. Assim, pensar educação incluindo as tecnologias no currículo exige uma mudança

de postura frente ao processo de ensino - aprendizagem diante das necessidades dos alunos. Para tanto, compete um trabalho coletivo, apoiado por uma política democrática, que busque uma ação interdisciplinar e viabilize a proposta de uma educação de qualidade e aprendizagem, enfatizando que para isso deverá ter um envolvimento efetivo de todos os segmentos da escola, pois como diz Valente (2011, p. 32) “de nada adianta o professor preparar aulas utilizando a tecnologia se o gestor da escola não autoriza essa utilização, ou melhor, manda bloquear ou proibir o uso de certos equipamentos”, assim a importância de reestruturar o Projeto Político Pedagógico da escola incluindo e dando ênfase à cultura digital.

1.1 AS DIFERENTES GERAÇÕES E A TECNOLOGIA

Muitos acontecimentos vêm ocorrendo nos diversos campos da sociedade, em relação a tecnologia essa mudança vem ocorrendo de uma forma acelerada, vários equipamentos tecnológicos foram surgindo em diferentes épocas da sociedade e contribuíram no modo de pensar e construir conhecimento. Os professores podem incluir as tecnologias em seus planejamentos e se bem usados estes podem promover a melhoria no processo ensino - aprendizagem. Para isso o professor precisa ser um eterno aprendiz com fala ALMEIDA (2000, p. 81).

O professor com uma atitude crítico-reflexiva diante de sua prática trabalha em parceria com os alunos na construção cooperativa do conhecimento, promove-lhes a fala e o questionamento e considera o conhecimento sobre a realidade que o aluno traz para construir um saber científico que continue a ter significado. Para tanto, é preciso desafiar os alunos em um nível de pensamento superior ao trabalho no treinamento de habilidades e incitá-los a aprender.

O aluno ao contrário do professor não tem medo em usar as TDIC, assim uma alternativa é incluí-las em seus planejamentos, pois estas estão aí e cada vez mais rápidas e nós professores temos que fazer o possível para superar nossas dificuldades quanto ao uso dos aparelhos tecnológicos e nos desafiar a acompanhar essa geração que parece não poder mais viver sem seus aparelhos digitais principalmente de comunicação ligados a internet. Esses nativos digitais² já não sabem viver, principalmente, sem seu celular. Cito o dizer popular “não podemos remar contra a maré”, para contextualizar que não podemos lutar contra o uso das tecnologias dentro e fora da escola, mas sim buscar estratégias para esse uso. Então, nós educadores, devemos procurar resolver nossos conflitos perante as tecnologias criando novos

² Um nativo digital é aquele que nasceu e cresceu com as tecnologias digitais presentes em sua vivência. Tecnologias como videogames, internet, telefone celular, MP3, *iPod*, etc. Caracterizam-se principalmente por não necessitar do uso de papel nas tarefas com o computador. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Nativo_digital> Acesso: 19 de junho, 2016.

jeitos de realizar o processo de ensino - aprendizagem e contribuir pra que o aluno entenda que as tecnologias sozinhas não vão produzir a aprendizagem e sim contribuir para que ele ocorra de forma compartilhada no coletivo da sala de aula.

1.2 CULTURA DIGITAL E COMUNIDADE ESCOLAR CEJA SEARA

Entendemos que todas as ações, projetos desenvolvidos na escola têm a necessidade de estar contemplado no PPP, documento este eficiente na medida em que serve de parâmetro para discutir referências, experiências e ações de curto, médio e longo prazo.

Verificando o PPP do Centro de Educação de Jovens e Adulto de Seara constatou-se que o mesmo não trata da cultura digital, o que está previsto é: “Conforme a Lei nº 14363/08, não é permitido o uso de celular em sala de aula. A escola não se responsabiliza em caso de perda, roubo, dano. Caso o aluno persista no uso do celular.” (SEARA, 2015, p. 22).

Desta forma percebemos que a primeira ação do grupo deverá ser o de incluir a cultura digital no PPP da escola. Também há necessidade de um trabalho diferenciado da equipe gestora e professores em relação ao uso do celular para fins pedagógicos. A incorporação das TDIC no PPP deve ajudar gestores, professores, alunos, pais e funcionários a transformar a escola em um lugar democrático e promotor de ações educativas que ultrapassem os limites da sala de aula, instigando o educando a enxergar o mundo muito além dos muros da escola, respeitando sempre os pensamentos e ideais do outro. O professor deve ser capaz de reconhecer os diferentes modos de pensar e as curiosidades do aluno sem que aja a imposição do seu ponto de vista.

Quando iniciamos nossos trabalhos com as TDIC no CEJA percebemos que entre os vários desafios que a escola ainda enfrentava, um deles era incorporar o ambiente tecnológico nas aulas, tendo a necessidade de investimentos para implantação de tecnologias de mais roteadores para que a internet pudesse ser acessada em todas as salas de aula da escola, necessidade hoje já suprida. Além disso, identificamos também a necessidade de formação para os professores utilizarem a fim de auxiliar a sua prática pedagógica essa nova forma de aprendizado.

A qualidade do processo de ensino - aprendizagem dos alunos depende da prática pedagógica desenvolvida pelos professores em sala de aula, assim consideramos de suma importância às metodologias utilizadas por professores envolvendo os recursos tecnológicos em suas aulas como forma de facilitar o processo de ensino - aprendizagem. As TDIC oferecem novas possibilidades de expressão e comunicação, permitindo a exploração de um

leque ilimitado de ações pedagógicas, uma ampla diversidade de atividades que professores e alunos podem realizar.

Assim, percebe-se a necessidade de não somente disponibilizar para escola equipamentos tecnológicos, mas também intensificar programas de formação continuada para os profissionais da educação estimulando os mesmos a participarem efetivamente dessas formações. O professor atual não nasceu na era tecnológica e sim está inserido neste meio, por conta disso existe ainda uma recusa e muita falta de estímulo para que esses profissionais se interessem em um método pedagógico com o uso das TDIC.

Os alunos de hoje já cresceram informatizados, o que torna imprescindível para educação que os professores e demais profissionais se formem quanto ao processo de inserir as TDIC no processo de ensino - aprendizagem. No contexto do CEJA Seara, apesar de termos em nossa escola alunos de 15 a 65 anos, fica evidente que, quanto mais jovem, mais facilidade em utilizar as ferramentas tecnológicas presentes.

Em tempos da era digital na sociedade, as TDIC surgem e são inovadas a cada dia. Na escola, o grande desafio é fazer com que as inovações tecnológicas realmente melhorem a qualidade do ensino - aprendizagem, assim os educadores precisam conhecer as ferramentas tecnológicas. É preciso, além de conhecer a sua dinâmica, integrá-las ao currículo, ou seja, discutir sua utilização, planejar a metodologia para colocar as atividades em prática. Diante desta situação no CEJA Seara tivemos muitos avanços, dentre os quais podemos citar o planejamento coletivo pela equipe da gestão e docentes da escola com o objetivo de integrar as TDIC e realizar um trabalho interdisciplinar, envolvimento de todos os profissionais da escola, participação e trabalhos interessantes realizados pelos alunos, envolvimento em campanhas da comunidade, uso das diferentes TDIC a disposição na escola, entre outros.

Um dos maiores desafios ao desenvolver as atividades foi produzir trabalhos envolvendo as diferentes TDIC, pois como nossa escola é de Educação de Jovens e Adultos muitos dos quais se sentem despreparados em trabalhar com as mesmas. Também o nosso desafio maior é efetivar o uso das TDIC na escola, assim várias foram às atividades realizadas através do PLAC e Núcleo Específico, as quais seguem destacadas na Figura 1:

Figura 1: Atividades realizadas através do PLAC e Núcleo Específico

Data	Ação
Março/2015	Entrevista com docentes do CEJA sobre o uso de TDIC. Análise dos questionários.

Agosto/2015	Mobilizar docentes a participar de formação continuada em forma de oficinas organizada pela Gerência da Educação de Seara em parceria com a UNO Chapecó.
Setembro/2015	Planejar projeto interdisciplinar a partir da Campanha do Setembro Verde que envolva as diferentes ferramentas tecnológicas (Gestores e docentes)
Setembro e outubro/2015	Trabalhar projeto interdisciplinar Setembro Verde X Alimentação Saudável.
Setembro/2015	Participar do grupo da Educação do Desenvolvimento Econômico Local (DEL).
Outubro/2015	Organizar relatório sobre as atividades realizadas durante projeto Setembro Verde X Alimentação Saudável.
Novembro/2015	A partir do DEL em parceria com a Gerência de Tecnologias Educacionais e Inovação (GETED) realizarem uma formação de 4 horas com todos os professores do município de Seara/SC.
2016	Reescrever o PPP da escola CEJA Seara incluindo o uso das TDIC envolvendo a comunidade escolar.

Fonte: Criado pela autora em 2016.

Acreditamos que as atividades apresentadas são alternativas pertinentes, necessárias e importantes, pois sabemos que muitos profissionais da educação sentem insegurança em trabalhar com as TDIC. Precisamos ter um planejamento efetivo e envolver cada vez mais as TDIC nas atividades desenvolvidas na escola, pois a partir do momento em que a escola assume uma educação voltada para a inclusão das TDIC precisa, antes de tudo, adequar seu currículo, programas, conteúdos e, em especial, estruturar uma proposta político-pedagógica que venha a atender as reais necessidades do educando.

Pensar a educação a fim de incluir as tecnologias no currículo exige uma mudança de postura frente ao processo de ensino - aprendizagem diante das necessidades dos alunos. Para tanto, compete um trabalho coletivo, apoiado por uma política democrática, que busque uma ação interdisciplinar e viabilize a proposta de uma educação de qualidade e a aprendizagem,

enfatizando que para isso deverá ter um envolvimento efetivo de todos os segmentos da escola.

A escola deve ter claro qual o seu papel, qual a sua função, pois esta tem como função formar cidadão com saberes indispensáveis para a sua inserção na sociedade. É preciso que a escola trabalhe com a realidade, com as tecnologias e etc. Que forme cidadãos que contribuam ativamente da vida econômica e social do país.

1.2.1 Cursos de Formação e CEJA Seara

Educar é proporcionar ao aluno conhecer a si próprio, leva-lo à consciência de poder ser mais. Portanto, o professor como mediador para ensinar o aluno a ser reflexivo precisa estar atento a todos os elementos necessários para que o aluno aprenda e se desenvolva integralmente. Muitos profissionais da educação têm a consciência pela busca de aperfeiçoamento profissional, pois este precisa estar cada vez mais qualificado para poder interferir e auxiliar os alunos, pois os mesmos conseguem buscar informações em diversos ambientes, mas o professor é peça fundamental em ajudá-lo a transformar estas informações em aprendizagem.

Existe a necessidade de pensarmos sobre as necessidades de se construir uma prática educativa inovadora, pautada na construção e reflexão do conhecimento compartilhado, que possibilite agir, transformar e refletir a prática educativa dos docentes. É preciso, pouco a pouco, através dos desafios do contexto em que se vive olhar e perceber os obstáculos como possibilidades de construção do novo. Para que essas mudanças aconteçam e para que a escola consiga exercer seu papel, é necessário que todos caminhem juntos, tendo a perspectiva praticada nas escolas de nossa sociedade, cumprindo assim o seu papel mais importante na educação que é de formar seres que possam pensar a respeito de tudo o que fazem. Conhecer experiências de outros profissionais.

Sabemos que o ensinar também exige espaço, os professores precisam de espaços para a troca de experiências, o diálogo e a interação entre os professores mais jovens e os mais experientes, grupos de trabalho para discussão e compartilhar experiência, revistas para divulgação publicação de suas produções, congressos onde os professores também sejam os palestrantes, e que não só sejam espectadores da sua vida profissional, precisamos diariamente sair da zona de conforto e nos desafiar a melhorar a qualidade da educação com propriedade e neste sentido somos privilegiados quando conseguimos realizar cursos de formação nessa área.

A formação continuada é uma das possibilidades para a melhoria da qualidade de

ensino, podendo ser aperfeiçoada por meio de palestras, seminários, eventos e oficinas de práticas pedagógicas em todas as áreas do conhecimento. Na rede estadual de ensino de Santa Catarina anualmente, professores, gestores, coordenadores pedagógicos, secretários e agentes educativos recebem formação visando à melhoria contínua da qualidade de ensino e a construção de uma prática pedagógica comprometida com o desenvolvimento integral do educando, o mínimo de horas fornecidas ao educador durante o ano letivo é de 40 horas de formação. Entende-se que a carga horária realizada para formação é insuficiente para que ocorra uma efetiva aprendizagem, outro agravante em relação à formação continuada é que muitos professores trabalham 40 horas semanais e outros até 60 horas semanais em escolas diferentes, bem como em redes de ensino diferentes, assim não conseguem participar das formações continuadas. Em relação à formação dos professores, é relevante destacar as palavras de Ghedin, Leite e Almeida (2008, p. 29):

Vários estudos têm mostrado que os profissionais não estão sendo formados e nem estão recebendo preparo suficiente no processo inicial de sua formação docente para enfrentar a nova realidade da escola pública e as demandas hoje existentes, assumindo as novas atribuições que passam a ser cobradas dos professores.

Outro grande desafio é a formação continuada dos docentes referente ao uso das TDIC na educação, numa perspectiva de tê-las como instrumento mediador na construção do conhecimento, neste sentido é necessário pensar em formadores como afirma Matos & Pedro, (2009, p.170).

Para que a incorporação das TIC na formação inicial e contínua se torne uma realidade, é necessário um esforço amplo e concentrado no sentido de promover a formação dos formadores das instituições de formação na utilização educativa das TIC. Sem uma formação e uma imersão natural dos formadores nas TIC, será difícil esperar o desejável lugar para as TIC como dimensão transversal na formação inicial e contínua dos profissionais da educação.

Diante do exposto, acredito que o Núcleo de Tecnologias Educacionais (NTE) que funciona junto a Agências de Desenvolvimento Regional de SC, tem um importante papel, pois tem uma equipe que atua com o objetivo de promover o acesso de professores e alunos às TDIC, contribuindo para desenvolvimento de uma educação inovadora e de qualidade.

1.3 CURRÍCULO

Definir o currículo escolar não é uma tarefa fácil, pois o currículo é um guia, um instrumento útil para orientar a prática pedagógica. Os currículos escolares constituem nos

eixos temáticos no processo pedagógico, um documento que orientam o trabalho dos educadores. Neste contexto podemos indagar sobre três tipos frequentes de currículo estabelecido na educação. Conforme Libâneo e Oliveira (2003, p.363):

O currículo formal, ou oficial é aquele estabelecido pelos sistemas de ensino, expresso em diretrizes curriculares, nos objetivos e nos conteúdos das áreas ou disciplinas de estudo. [...] O currículo real é aquele que, de fato, acontece na sala de aula, em decorrência de um projeto pedagógico e dos planos de ensino. É tanto o que sai das ideias e da prática dos professores, da percepção e do uso que eles fazem do currículo formal, como o que fica na percepção dos alunos. [...] O currículo oculto refere-se àquelas influências que afetam a aprendizagem dos alunos e o trabalho dos professores e são provenientes da experiência cultural, dos valores e dos significados trazidos de seu meio social de origem e vivenciados no ambiente escolar – ou seja, das práticas e das experiências compartilhadas em sala e aula. É chamado de oculto porque não se manifesta claramente, não é prescrito, não aparece no planejamento, embora constitua importante fator de aprendizagem.

Numa visão atual e mais aprofundada, ele reflete todas as experiências em termos de conhecimentos que serão proporcionados aos alunos. Ele é olhado como elemento central do processo da educação institucionalizada, é de suma importância para as escolas, pois é a partir dele que a escola se organiza, sugere e propõe caminhos para prática. É o documento que nos orienta este deve ser construído a partir do PPP da escola, que viabilizará a sua operacionalização, orientando as atividades educativas, as formas como executá-las, além de definir suas finalidades, sendo de suma importância na melhoria da qualidade do ensino, conforme afirma Sacristán (2000, p. 32): “O Currículo é um ponto de referência na melhoria da qualidade do ensino, na mudança das condições da prática, no geral e nos projetos de inovação dos centros escolares”.

Outros autores, como, por exemplo, Moreira (2007) fala de currículo que pode ser conservador, transformador ou mesmo de renovação com o objetivo de estabelecer valores almejados pela sociedade, sendo assim um currículo baseado em experiências, conforme Moreira (2007, p. 11):

O currículo constitui significativo instrumento utilizado por diferentes sociedades tanto para desenvolver os processos de conservação, transformação e renovação dos conhecimentos historicamente acumulados como para socializar as crianças e os jovens segundo valores tidos como desejáveis.

Durante a realização das atividades realizadas compreendemos e entendemos o currículo como uma construção social, assim como afirmam Almeida e Valente (2011, p. 14)

(...) que se desenvolve em ato no âmbito da interação dialógica entre escola, vida, conhecimento e cultura e produz percursos diversificados. O currículo integra os conteúdos da cultura selecionados previamente segundo determinadas intenções para o uso em situações de ensino e aprendizagem, com concepções, valores, crenças,

experiências, recursos, tecnologias, estratégias mobilizadas na situação pedagógica.

Entendendo que o currículo modifica conforme a cultura, grupo social e inclusão das TDIC:

Compreende-se que o currículo muda de acordo com a cultura e o grupo social, salientando que a sociedade contemporânea é marcada por mudanças estruturais envolvendo as TDIC como elementos culturais de uma sociedade cada vez mais digital, apontando assim para uma nova cultura de aprendizagem envolvendo as tecnologias, desta forma surgem novas formas de aprender, construir e reconstruir o conhecimento (<http://esud2014.nute.ufsc.br/anais-esud2014/files/pdf/126723.pdf> acesso em 07/07/2016).

Como foi comentado anteriormente em relação ao currículo que muda conforme a cultura do momento é pertinente discutir o currículo com a integração das TDIC como afirma Almeida (2010 p. 3-4):

(...) o web currículo é entendido como currículo que se desenvolve por meio de ferramentas e interfaces da internet, envolvendo distintas linguagens e sistemas de signos configurados de acordo com as características intrínsecas das tecnologias e mídias que suportam os modos de produção do currículo.

Acreditamos que é possível definir espaços nas escolas com aspectos voltados para a cultura e a cultura digital, pois como também é colocado por Moraes (2007) argumentos em favor da necessidade de políticas públicas de inclusão digital:

A universalização dos acessos depende, entre outras coisas, de políticas socioeconômicas inclusivas, do desenvolvimento de infra-estruturas de rede, do barateamento de custos teleinformáticos e de formação educacional condizente. É essencial combater a infoexclusão de populações de baixa renda e adotar políticas públicas que intensifiquem os usos sociais, culturais, educativos e políticos das tecnologias (MORAES, 2007, s.p.).

Percebe-se, conforme Moraes (2007), que as *webs* mídias e redes ativistas dependem de uma série de fatores, entre os quais projetos públicos de inclusão digital, conciliando soluções tecnológicas com programas educativos e de formação das pessoas envolvidas no processo, como educação, por exemplo, é necessário investir em programas de formação para a equipe gestora e docentes das nossas escolas. Desse modo, penso que este processo já iniciou no CEJA de Seara, mas precisa ser intensificado cada vez mais. Em relação à previsão para integração do currículo com as TDIC vejo que já está ocorrendo timidamente no CEJA Seara bem como nas demais escolas do nosso município, entretanto, há necessidade de prever tudo isso no PPP da escola e também os docentes contemplarem as culturas digitais em seu currículo, pois as TDIC podem fortalecer o processo ensino – aprendizagem fortalecendo a democracia e a autonomia conforme ALMEIDA E SILVA, (2011, p. 4) .

Desta forma, o emprego das tecnologias na educação como coadjuvantes nos processos de ensino e aprendizagem para apoio às atividades ou, ainda, para motivação dos alunos, gradualmente dá lugar ao movimento de integração ao currículo do repertório de práticas sociais de alunos e professores típicos da cultura digital vivenciada no cotidiano.

Nessa nova fase são construídas novas concepções de currículo. Sendo que a reflexão crítica sobre currículo é constante, surgindo sempre problemas e questionamentos que fazem com que haja um crescimento pessoal e profissional de cada um dos indivíduos envolvidos nesse processo.

1.3.1 Currículo e CEJA Seara

Conforme PPP do CEJA Seara (2016, p. 4 e 5):

A aprendizagem se dá através da interação entre o conhecimento e o sujeito. A partir do ensino pretende-se que o indivíduo conheça a realidade, podendo contribuir com a sociedade através dos conhecimentos que construiu. A aprendizagem ocorre quando há mudança de atitude em relação ao conteúdo trabalhado.

O processo ensino aprendizagem significativo pressupõe uma visão de totalidade, privilegiando a liberdade de ação pedagógica, coerente com a legislação em vigor.

Para que isso ocorra, faz-se necessário observar os seguintes aspectos:

- 1 – A construção do conhecimento é um ato coletivo mediado pela interação entre o aluno e professor com o meio.
- 2 – Compreender a realidade dos alunos trabalhadores como ponto de partida para a promoção do conhecimento.
- 3 – Importância da fala, escuta, leitura e escrita no desenvolvimento de seu potencial criativo e de seu pensamento autônomo.
- 4 – Orientar o aluno a refletir e compartilhar de suas vivências para a soma no processo de ensino e aprendizagem.
- 5 – Comprometimento com uma educação social e democrática, que proporcione ao aluno: interagir, interpretar, compreender, participar e exercer a cidadania.

Portanto, a proposta pedagógica da Educação de Jovens e Adultos precisa respeitar os saberes do educando, criando situações de aprendizagem que possibilitem a reelaboração conceitual permanente dos saberes já elaborado através da reflexão e da ação criativa que tornem a aprendizagem cada vez mais significativa. Neste sentido, o CEJA Seara acredita numa educação de qualidade que respeite a cultura do outro, defendendo a função social da escola na seleção de conhecimentos relevantes, organizando a construção dos conhecimentos escolares que possibilitem a efetivação do processo de ensino - aprendizagem, incentivando mudanças individuais e sociais.

O CEJA Seara segue os currículos fornecidos pela Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (SED/SC) com os componentes curriculares centrais obrigatórios, previstos

na legislação, mas também é aberto e contextualizado de modo a ser flexível e variável, conforme cada projeto escolar.

1.3.2 Tecnologias e Currículo

As tecnologias digitais despertam o interesse e a motivação dos alunos, assim se estas forem aliadas a propostas metodológicas interessantes poderão ser uma grande aliada do processo ensino - aprendizagem. Como adverte Libâneo, (2001, p.80).

“[...] a escola de hoje precisa propor respostas educativas e metodológicas em relação a novas exigências de formação postas pelas realidades contemporâneas como a capacitação tecnológica, a diversidade cultural, a alfabetização tecnológica, a superinformação, o relativismo ético, a consciência ecológica”.

Entende-se que é necessário trazer as TDIC para a sala de aula, mas antes disso o docente precisa conhecer as mesmas e no grupo de trabalho da escola, discuti-las, analisá-las para utilizar as mesmas da forma mais apropriada pedagogicamente, são ferramentas que conforme Castro (1994, p.220) se referindo a computadores fala: “(...) não fazem mágica, não fazem milagres [...] são apenas ferramentas a serem usadas de acordo com a tarefa em vista e de acordo com as circunstâncias. É assim que devem ser tratados, como ferramentas”.

Existe a necessidade de todas as pessoas envolvidas na educação, realizem formações e reflexões no sentido de alternativas que melhorem cada vez mais a qualidade no processo ensino - aprendizagem. A escola não pode ficar fora da cultura digital presente na sociedade. Assim completa Brasil, (1996, p. 12).

Pensar a educação isolada do mundo é o fator de extrema significância para que possamos nos dar conta do quão a escola tem se afastado e distanciado do interesse dos alunos. Faz-se necessário estudar a integração das tecnologias ao currículo educacional. É importante entender que independente da tecnologia é preciso criar um currículo que contemple o caminho a ser construído para e pelos alunos.

Em um mundo cada vez mais globalizado, utilizar as tecnologias de forma integrada ao projeto pedagógico é uma maneira de aproximar a geração que está na escola. As novas tecnologias abrangem uma variedade muito grande de ferramentas e trouxeram impactos para a educação atual. Dentre essas mídias a internet trouxe impacto de maior peso. Conforme afirmam também Thornburg (1997 apud SILVA e POLENZ, 2002, p. 41):

Em toda a história da humanidade houve quatro grandes revoluções informacionais, que mudaram não apenas a sociedade/cultura, mas também as formas de compreender o mundo. A primeira grande mudança aconteceu com o surgimento da

linguagem oral. Mais tarde com o aparecimento da escrita acontece uma grande ruptura nas estruturas de poder, que se repete quando surge a gráfica, onde a humanidade presenciou um grande avanço tecnológico que mudaria nosso sistema educativo substancialmente. Por último, a sociedade vivenciou, principalmente no último século, vários avanços tecnológicos como a eletricidade, o rádio, a televisão, o avião, etc., mas nenhum deles, nem mesmo o computador tiveram o impacto que a internet causou, está causando e causará ainda na sociedade e na educação em todos os níveis.

Em relação à internet percebe-se na escola que esta gera em toda equipe principalmente aos docentes um desafio que já pode ser visto como um instrumento muito importante no processo ensino - aprendizagem, sabemos tudo que é novo gera desconforto, mas no caso da internet com o tempo poderá trazer ótimos resultados na educação.

O currículo educacional, por sua parte, sempre foi influenciado por novas técnicas, mas agora a mudança está acontecendo em pouco intervalo de tempo por causa da eficiência que os nossas tecnologias têm a oferecer.

Como mencionado no texto, sabemos que muitos professores são a favor e reconhecem a importância das TDIC no desenvolvimento do currículo, mas precisamos ser críticos em relação às condições que temos em nossas escolas para o uso das mesmas. Vejo ainda um cenário muito precário e que deixa a desejar muito para nós professores tanto em relação a material quanto a estrutura física de nossas escolas o que, sem dúvida, dificulta o trabalho do professor.

Ao longo da história, a educação passou por mudanças significativas. Embora seja notório o efeito positivo dos impactos das novas tecnologias para a educação, muito se tem a discutir sobre os paradigmas e resistências por parte das instituições de ensino, pelos profissionais da educação bem como os gestores.

Observa-se que hoje a tecnologia mudou a forma de comunicação das pessoas e na educação ela tem de mudar a forma de ensinar e aprender, por tanto, deve ser usada para facilitar a aprendizagem dos alunos. Com relação à prática do educador, o professor deve estar aberto para as mudanças e refletir sobre sua nova postura, o de facilitador e coordenador do processo de ensino - aprendizagem: ele precisa aprender a lidar com as rápidas mudanças, ser dinâmico e flexível.

De fato as TDIC apresentam-se na escola, no currículo e precisam ser pensadas e utilizadas pelos professores; a escola, o professor não pode ignorar o que se passa no mundo, devem-se acompanhar as mudanças, porém de modo reflexivo. Podemos citar como exemplo de como a escola deve acompanhar as mudanças de forma reflexiva e discutir com os alunos a

utilização das redes sociais, não descartando esta ferramenta e sim conscientizando o uso de forma proveitosa.

Sabemos que as mídias e tecnologias interferem no modo de ser e de se expressar das pessoas, também na forma de ser e estar no mundo. As TDIC podem contribuir para que nossos alunos possam ler e escrever utilizando as suas múltiplas formas de linguagem, mas para que isso ocorra, antes de qualquer coisa é preciso que o professor compreenda as novas tecnologias e a partir disso possa fazer uma reinvenção dos conteúdos, como ele deve abordar esse conteúdo agora com a ajuda das tecnologias, assim ele terá uma base para começar a construção de propostas inovadoras que chamem a atenção de nossos alunos e que trabalhe a favor do currículo.

Cabe ao professor dentro de todo esse contexto apropriar-se da tecnologia, entender seu papel e as diferentes linguagens que ela oferece, bem como seus recursos e ver como as atividades curriculares podem ser desenvolvidas utilizando todos esses recursos. Conforme Masetto, (2003, p. 153):

As tecnologias devem ser utilizadas para valorizar a aprendizagem, incentivar a formação permanente, a pesquisa de novas informações, o debate, a discussão, o diálogo, a reflexão, o registro de documentos, a elaboração de trabalhos e a produção de textos.

O professor precisa integrar as TDIC ao currículo e auxiliar a escola a trabalhar com as mudanças que as tecnologias vêm oferecendo.

2. METODOLOGIA

Percebo os debates em torno do uso pedagógico das TDIC e a necessidade da inclusão das mesmas efetivamente nas escolas, bem como o desafio para a maioria dos educadores em planejar suas aulas incluindo equipamentos tecnológicos. Este fato é ressaltado porque os professores, muitas vezes de gerações diferentes a de seus alunos, como no meu caso, que iniciei a carreira no ano de 1986 e se deparam, assim como eu, com dificuldades em como, quando e de que forma incluir as TDIC no meu currículo e planejar minhas aulas promovendo uma aprendizagem significativa para meu aluno. Assim, quando na escola fui informada pela Gerência da Educação de Seara, sobre a possibilidade de realizar uma Especialização na Cultura Digital, efetuei a inscrição e tive a grata notícia de ser selecionada para cursar o referido curso. Vale ressaltar que o nome do curso já é bastante sugestivo.

Iniciando a formação continuada, percebi o quanto é possível integrar as TDIC ao currículo em nossa escola, por outro lado também, percebo a necessidade de algumas mudanças, a começar por planejamentos coletivos de projetos incluindo as TDIC como

ferramenta que poderia auxiliar no processo ensino - aprendizagem.

Na escola, na mesma época, funcionavam encontros dos professores do ensino médio, pelo Programa Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio (SISMÉDIO). Estes profissionais estavam também desenvolvendo um trabalho sobre tecnologias digitais aplicando aos professores um questionário sobre seu conhecimento em relação às tecnologias existentes na escola, de como se suas aulas contemplavam estes equipamentos e também em relação a maior dificuldade ao incluir as TDIC em suas aulas. A partir de então, percebemos a necessidade de planejamentos efetivos e também de formação sobre e com as TDIC.

Continuamos realizando na escola planejamentos de projetos incluindo na sala de aula diferentes TDIC, geralmente sugeridas ao longo das atividades propostas pelo curso nas disciplinas do PLAC 1, 2 e 3, também no Núcleo de Base 1 e 2. Assim, o nosso desafio era fazer com que as inovações tecnológicas realmente melhorassem a qualidade do ensino - aprendizagem e que os professores tivessem a oportunidade de formações envolvendo esta temática.

Como tenho a oportunidade de fazer parte do Grupo da Educação do Desenvolvimento Econômico Local (DEL), no município de Seara, este tema foi levado para o grupo e com parceria entre a Gerência Regional de Educação (GERED) e Prefeitura Municipal de Seara, Universidades da região conseguiu-se realizar cursos de aperfeiçoamento nesta área para todos os professores do município de Seara/SC.

Seguindo nessa trajetória, atualmente sou gestora da escola de atuação: o Centro de Educação de Jovens e Adultos de Seara. Desse modo, entendo que o desafio maior é fazer com que os avanços tecnológicos melhorem a qualidade do ensino - aprendizagem, nesse sentido, educadores precisam conhecer as ferramentas tecnológicas, sua dinâmica e integrá-las ao currículo, assim discutir sua utilização e metodologia e as práticas para efetivar as TDIC na escola e principalmente na sala de aula no decorrer das aulas.

Percebemos a necessidade de uma ampla discussão sobre diversos aspectos da cultura digital que podem possibilitar a escrita de documentos que parametrizam a apropriação das TDIC enquanto ferramenta pedagógica no contexto escolar vivenciado no CEJA Seara. Assim surgiram os objetivos do referido trabalho:

Objetivo Geral: Integrar as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação no PPP do Centro de Educação de Jovens e Adultos de Seara.

Objetivos específicos:

- Analisar o PPP do CEJA Seara;
- Verificar se e como ocorre a inserção das TDIC no referido documento;
- Propor alterações que privilegiem a integração das TDIC no PPP do CEJA Seara.

Dessa forma, esta pesquisa intenciona analisar o Projeto Político Pedagógico do CEJA Seara, onde constatamos que este é revisto anualmente, com a comunidade escolar, mas com tempo insuficiente para uma revisão mais detalhada, assim a revisão completa é feita pela equipe gestora da escola e após ficando a disposição da comunidade escolar para leituras e alterações se necessário, também percebemos que o documento não trata das TDIC, somente cita a proibição do uso do celular em sala de aula. Assim nossa sugestão de contemplar no PPP, documento este de grande relevância à medida que serve de parâmetro para discutir referências, experiências e ações de curto, médio e longo prazo, a integração das TDIC.

A pesquisa realizada é caracterizada como qualitativa com enfoque no estudo de caso, pois o trabalho foi realizado fazendo um estudo detalhado do PPP do CEJA Seara, Segundo Silva & Menezes (2000, p. 20).

A pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e atribuição de significados são básicos no processo qualitativo. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

A pesquisa foi baseada em bibliografias impressas e digitais que tratam do assunto, e um estudo de caso no PPP do CEJA Seara que foi analisado principalmente em relação à inclusão das TDIC no documento citado.

2.1 CAMPO DE PESQUISA

O campo de pesquisa é o Centro de Educação de Jovens e Adultos de Seara: escola mantida pelo Governo Estadual, segundo decreto homologado nº 3.055, de 04 de março de 2010, pelo parecer nº 590 de 15/ 12/2009. Funcionava na Rua Fernando Kirchner, 183, Bairro industrial – Seara. No ano de 2012 o CEJA passou a exercer suas funções junto com as dependências do EEB Seara, na Rua Philomena Maria Grigolo, 53, Bairro Industrial. Seara. A Escola desenvolve as suas atividades nas escolas estaduais e municipais, atendendo os municípios que compõe a SDR de Seara na forma de Unidades Descentralizadas (UDs), nas modalidades de Alfabetização, Nivelamento, Ensino Fundamental e Médio.

O CEJA oferta o curso de Educação de Jovens e Adultos em nível de Ensino

Fundamental de educação à distância, com atendimento por módulos. No ano de 2012 iniciou suas atividades também na Educação Presencial nas categorias de Ensino Fundamental e Médio. A parceria envolve o município de Arvoredo, Itá, Xavantina, Seara, Arabutã, Ipumirim e Lindóia do Sul.

O quadro de funcionários é composto por Direção, assessoria de direção, quarenta e um professores, três coordenadores e doze alfabetizadores do Programa Brasil Alfabetizado,³ seis coordenadores de NAES e UDs cedidos pelos municípios que compõe a referida parceria.

Os alunos são, em sua maioria, trabalhadores de indústrias, agricultores, auxiliares de pedreiros entre outros. Apresentam uma faixa etária cada vez mais juvenil, com históricos de reprovações e suspensões no ensino regular. Os adultos, pais e mães de família, trabalhadores e idosos são alunos que nunca estudaram ou que há muito deixaram de estudar em função de terem que atender as demandas da família, do trabalho e da sobrevivência e agora vêm em busca do resgate de sua condição de cidadãos através do estudo, muitos deles têm um terceiro turno de atividades em seu dia, apresentando muitas dificuldades de aprendizagem, em função da jornada a que são submetidos.

Como já citado o CEJA Seara tem sua sede na E.E.B. Seara e compartilha a estrutura física deste estabelecimento escolar, tendo 20 salas de aula, 4 salas de professores, 1 laboratório de informática, 1 auditório com vários recursos midiáticos, 1 laboratório de química, biblioteca, secretaria, orientação pedagógica, sala de direção, refeitório, ginásio de esportes, cozinha e banheiros. Já em relação às UDs estas compartilham espaços cedidos por escolas estaduais e municipais dos municípios em que as mesmas funcionam. Somente o NAES de Itá tem uma estrutura física própria cedida pelo município, na maioria das escolas, os recursos tecnológicos estão presentes no cotidiano dos alunos, entre eles aparelho de televisão, multimídia, DVD, computador e, principalmente, a internet. Esses instrumentos são de extrema importância para o professor diversificar suas aulas, deixando-as mais criativas, além de estar proporcionando melhor ensino-aprendizagem.

3 O PROJETO, O POLÍTICO E O PEDAGÓGICO:

³ O MEC realiza, desde 2003, o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos. O programa é uma porta de acesso à cidadania e o despertar do interesse pela elevação da escolaridade. O Brasil Alfabetizado é desenvolvido em todo o território nacional, com o atendimento prioritário a 1.928 municípios que apresentam taxa de analfabetismo igual ou superior a 25%. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12280&Itemid=817&msg=1&l=aW5kZXgucGhwP29wdGlvbjljb21fY29udGVudCZ2aWV3PWJ1c2NhZ2VyYWwmSXRlbWlkPTE2NCZwYXJhbXNbc2VhcmNoX3JlbGV2YW5jZV09UHJvZ3JhbWEgQnJhc2lsIEFsZmFiZXRpemFkbyZkPXMmcGFyYW1zW2RlXT0mcGFyYW1zW2F0ZV09JnBhcmFtc1tjYXRpZF09JnBhcmFtc1tzZWZyY2hfbWV0aG9kXT1hbGwmcGFyYW1zW29yZF09cHI=>> Acesso em: 19 de junho, 2016.

De acordo com Freitas (2004), o Projeto Político Pedagógico (PPP) traduz em linhas gerais o processo histórico da instituição, as ideias filosóficas e as práticas pedagógicas que direcionam suas atividades. Reflete a identidade da escola, seus objetivos, orientações, ações e formas de avaliar os processos de aprendizagens, estabelecendo metas e buscando melhorias. Este representa um desafio importante na caminhada de uma escola que busca efetivamente uma educação de qualidade, como reforça Vasconcellos (2002, p. 169):

Como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É o elemento de organização e intervenção da atividade prática da instituição neste processo de transformação.

Com um PPP bem estruturado, a escola ganha uma identidade clara, e a equipe, segurança para tomar decisões. Sua sistematização não deve ser definitiva, também deve ser planejado coletivamente. Segundo Freitas [et al] (2004, p. 69).

O projeto pedagógico não é peça burocrática e sim instrumento de gestão e de compromisso político e pedagógico coletivo. Não é feito para ser mandado para alguém ou algum setor, mas sim para ser usado como referência para as lutas da escola. É um resumo das condições e funcionamento da escola e ao mesmo tempo um diagnóstico seguido de compromissos aceitos e firmados pela escola consigo mesma, sob olhar atento do poder público.

Entende-se que tanto a construção, bem como a revisão do PPP, deverá ser realizada de forma avaliativa, com a necessidade de exclusões e inclusões no referido documento conforme a realidade da escola. Observando diferentes PPPs percebe-se que as escolas têm como objetivo principal a qualidade da educação, principalmente no processo ensino-aprendizagem, Para isso sabemos que enfatizam o trabalho para uma educação justa e solidária. Para que isso aconteça de fato existe a necessidade do professor ter um conhecimento amplo e habilidades para desenvolver com competência a docência onde a escola está inserida, considerando a estrutura política, econômica e cultural a que seus alunos e a escola num todo pertencem. É importante salientar também que assim como os educandos e educadores são considerados como sujeitos centrais deste processo, também a participação de outros setores da comunidade devem se envolver em tal processo de busca por uma melhor estruturação do grupo escolar em relação à construção (LACERDA, 2004). Como afirma este autor, (2004, p. 57).

Podemos apontar várias finalidades do PPP, entre elas: ser elemento estruturante da identidade da instituição; possibilitar a gestão democrática da escola, sendo canal de participação efetiva; mobilizar e aglutinar pessoas em torno de uma causa comum, gerando parcerias; ensejar referencial de conjunto para a caminhada; resgatar a autoestima do grupo, acreditando nas possibilidades de intervenção na realidade; possibilitar a delegação de responsabilidades e colaborar na formação de professores.

É indispensável que, segundo Vasconcelos (2000), além do conhecimento da realidade da escola, promova-se um processo de problematização crítica, sensibilizando a comunidade escolar para a elaboração do PPP buscando soluções práticas para os problemas detectados, observando que este é um processo em constante construção/reconstrução, estando sempre abertos as novas análises, argumentações e questionamentos quanto às necessidades no decorrer de sua organização. Conforme Vasconcelos (2000, p.190):

(...) o diagnóstico não é um simples retrato da realidade ou um mero levantamento de dificuldades, é, antes de tudo, um olhar atento à realidade para identificar as necessidades radicais, e/ou o confronto entre a situação que desejamos viver para chegar a essas necessidades.

A partir do diagnóstico da realidade da escola a comunidade escolar deve traçar seus objetivos e realizar um trabalho coletivo para que estes sejam alcançados com sucesso.

3.1 O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E AS TDIC

O PPP, como qualquer outro projeto, não é tema acabado, nem assume forma definitiva, pois acompanha a história durante a construção, e uma constante transformação. A permanente revisão é parte integrante do processo, permitindo assim, a inclusão de novas ideias (LEVY, 2010), como no caso das TDIC e soluções, num dinamismo constante, para que a Instituição atinja seus objetivos na construção do saber. Nele, criam-se horizontes, possibilidades e orientações a serem compartilhados entre toda comunidade escolar. Do ponto de vista de Levy, (2010, p. 17):

A tecnologia nada mais é que um suporte digitalizado da informação e da comunicação, que proporciona rapidez e interesse mediante o rápido acesso entre o indivíduo e a formação. Essa nova dimensão das Tecnologias da Educação e Comunicação deve (...) permitir-nos compartilhar nosso conhecimento e aponta-los uns para os outros.

Atualmente existem muitas metas e ações criadas para auxiliar nas práticas pedagógicas, visando à permanência do aluno na escola, entendo que para auxiliar nesse processo e tornar a aprendizagem significativa ao aluno é importante incluir as TDIC

presentes na escola nas práticas pedagógicas quando possível. Percebe-se que as TDIC estão presentes em todos os setores da sociedade, e também na educação, assim, mudanças surgem no sentido da gestão dos conhecimentos e competências profissionais exigidas pelo próprio mercado de trabalho que busca pessoas qualificadas para o desempenho até mesmo de novas atividades que surgem no dia a dia.

O uso de recursos digitais como planilhas, *blogs*, *softwares* e redes sociais, nas salas de aula tem desafiado os professores a elaborarem propostas em que a utilização destes possa contribuir para a construção de conhecimentos, assim é de fundamental importância incluir as TDIC no PPP da escola.

3.2 O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NO CEJA SEARA

A LDB 9.394/96 regulamenta a obrigatoriedade dos estabelecimentos de Ensino desenvolver seu Projeto Político Pedagógico com a participação de toda a comunidade escolar. Assim, assegura a autonomia das escolas para sua elaboração, garantindo que esses projetos sejam coerentes com a realidade socioeconômica do local em que a escola está inserida, podendo proporcionar uma melhor condição de aprendizagem para os seus alunos.

A construção, reformulação ou avaliação do PPP exige uma ação conjunta de toda comunidade escolar, assim a equipe gestora da escola deve prever momentos coletivos para este fim.

No CEJA Seara esta discussão é realizada sempre a cada início do ano letivo com a comunidade escolar, porém em função de todas as atividades necessárias para esta época do ano, o tempo destinado para este fim não é suficiente para reformular o PPP. Observando todos os itens que este possui, segundo a direção do CEJA Seara, este documento é finalizado pela direção da escola e após, os professores em suas aulas atividade, lê o que foi alterado aprovando ou não as alterações, este fica também disponível a toda comunidade escolar, mas a participação efetiva é somente dos professores, sendo que se percebe que esta não é forma ideal para rever o documento em discussão.

Sabemos que a participação de todos os envolvidos na revisão do PPP parte do princípio da gestão democrática, ou seja, essa participação garante que os interesses coletivos sejam ouvidos e as necessidades da escola supridas. Segundo Longhi e Bento (2006, p. 9).

Se a construção do PPP é centralizada em que “detêm o poder”, nesse caso os gestores, esse projeto não pode ser considerado democrático, ao passo que se a sua construção se der forma coletiva, efetiva-se a democracia. Se prestarmos atenção nas

finalidades do PPP, poderemos constatar que sua construção ou até mesmo revisão, não se encaixa com autoritarismo, hierarquia e centralização de poder nas decisões. O autor completa dizendo que precisamos entender que a escola não é lugar exclusivo de transmissão de conhecimento, e sim um lugar “para realizar um trabalho pedagógico muito mais amplo visando à formação integral dos cidadãos e buscando o exercício da cidadania por meio da participação e reflexão da realidade da comunidade escolar”.

Para compactuar com a opinião dos autores, citamos Ferrari (2011 p.160):

Para se concretizar um sonho coletivo é necessário acreditar na mudança. A transformação da realidade da escola pode ser fruto da participação de todos envolvidos. Essa transformação pode perpassar os muros da escola.

Atualmente discute-se bastante sobre gestão democrática, no que se refere às reflexões a cerca da sua importância para o crescimento da educação e o PPP não pode ficar de fora quando o assunto é democratização da educação, pois ele exerce papel de fundamental importância para que a educação possa adquirir um caráter democrático.

Ainda a respeito de gestão democrática, convém pontuar que, no final do ano de 2015, no estado de Santa Catarina, foi realizada a eleição de gestores nas escolas estaduais, que antes eram cargo indicado segundo as suas filiações político partidárias. Os gestores eleitos estão tendo uma formação, especificamente um Curso para Gestores Escolares: “Gestão Democrática e o Papel do Gestor” . No módulo I, na unidade IV, e abordado o Planejamento das Ações Pedagógicas, o Plano de ação e o PPP. Uma das atividades propostas é a revisão do PPP com toda comunidade escolar. Esta atividade faz refletir sobre o fato de a revisão do PPP geralmente ser feita somente no início do ano letivo, com tempo insuficiente para rever o documento de suma importância.

O PPP do CEJA Seara 2016 tem a seguinte estrutura sequencial: inicia com uma breve apresentação da escola; seguido pelo relato do papel da escola; a missão da escola; concepção de ser humano; concepção de Educação da EJA; função social da escola; compreensão do processo de ensino - aprendizagem da EJA; compromisso ético-político do professor; e dimensão sócia econômica. Ressaltamos que não consta nada em relação aos equipamentos tecnológicos que os alunos ou suas famílias possuem.

Destacamos no PPP CEJA Seara (2016 p. 02):

O processo ensino aprendizagem significativo pressupõe uma visão de totalidade, privilegiando a liberdade de ação pedagógica, coerente com a legislação em vigor. Assim, precisamos estar atentos para alguns aspectos como a construção do conhecimento como ato coletivo mediado pela interação entre professor, aluno e o meio. Compreender a realidade dos alunos trabalhadores como ponto de partida para a promoção do conhecimento. Refletir e compartilhar com os alunos suas vivências para a soma no processo de ensino e aprendizagem.

A partir da citação percebe-se que o professor tem autonomia em escolher a ação pedagógica que considera efetivamente capaz de promover o processo ensino - aprendizagem de seus alunos. Também que este deve partir da realidade dos alunos ao trabalhar os conteúdos que compõe o currículo da referida turma. Em relação à concepção de ser humano o PPP CEJA Seara (2016, p. 02), destaca:

O ser humano é o que ele próprio se faz, nada mais significativo e importante para a construção da cidadania do que a compreensão de que a cultura não existiria sem a socialização das conquistas humanas, o sujeito anônimo é, na verdade, o grande artesão dos tecidos de sua história.

Percebe-se o PPP é o documento responsável pela definição da identidade da escola, também que este traz orientações em relação a ações pedagógicas, bem como indica caminhos para o processo ensino-aprendizagem, respeitando o que o aluno já sabe, o referido documento traz também orientações e deveres para toda a comunidade escolar. Entende-se que para que a aprendizagem seja significativa à necessidade de motivação para o ensinar e o aprender. Conforme PPP Seara (2016, p. 03):

A aprendizagem se dá através da interação entre o conhecimento e o sujeito. A partir do ensino pretende-se que o indivíduo conheça a realidade, podendo contribuir com a sociedade através dos conhecimentos que construiu. A aprendizagem ocorre quando há mudança de atitude em relação ao conteúdo trabalhado. O processo ensino aprendizagem significativo pressupõe uma visão de totalidade, privilegiando a liberdade de ação pedagógica, coerente com a legislação em vigor.

Podemos afirmar que o PPP da escola analisada valoriza o conhecimento do aluno onde o conhecimento é um processo que se constrói e reconstrói permanentemente, fruto da ação individual e coletiva do sujeito, desta forma considero importante comentar sobre a inclusão das tecnologias no processo pedagógico, fundamentada no conhecimento, pois, possibilita a construção de novos paradigmas, dando sustentabilidade à prática pedagógica que constitui propostas de educação de qualidade, com alternativas que propiciem ao aluno ir à busca do conhecimento, tornando-o participativo, crítico e criativo.

Cabe ressaltar que no PPP do CEJA Seara, 2016 não é citado nada em relação às TDIC. Entende-se que a inclusão das tecnologias no processo pedagógico, fundamentada no conhecimento, possibilita a construção de novos paradigmas, dando sustentabilidade à prática pedagógica que constitui propostas de educação de qualidade, com alternativas que propiciem ao aluno ir à busca do conhecimento, tornando-o participativo, crítico e criativo. Segundo Moran (2013, p.4):

As tecnologias sozinhas não mudam a educação, mas a educação inovadora está incorporando todas as possibilidades de flexibilização, personalização, colaboração e compartilhamento que elas trazem no cotidiano.

Além do que já relatamos, o PPP do CEJA Seara relata ainda sobre a dimensão socioeconômica da referida escola enfatizando que os alunos são, em sua maioria, trabalhadores de indústrias, agricultores, auxiliares de pedreiros entre outros. Ainda que apresentem uma faixa etária cada vez mais juvenil, que por motivos diversos tiveram que interromper seus estudos, onde boa parte dos jovens que frequentam a escola, muitas vezes, assumiram, por força das circunstâncias, papéis adultos, já constituíram famílias e já lutam pela sobrevivência das mesmas.

Em relação aos alunos adultos, pais e mães de família, trabalhadores e idosos, o PPP cita que são alunos que nunca estudaram, ou que, a muito deixaram de estudar em função de terem que atender as demandas da família, do trabalho e da sobrevivência vindo em busca do resgate de sua condição de cidadãos.

Estamos numa sociedade cada vez mais informatizada, a inclusão digital passou a ser necessidade, sabemos que nem todos os indivíduos tem acesso aos diferentes equipamentos tecnológicos e internet. Conforme fala Gomes, (2002, p. 1):

Em função disto, torna-se essencial a inclusão da informática na vida das pessoas, seja por meio de cursos, seja por professores particulares, mas principalmente nas atuações efetivadas nas escolas. E neste âmbito os computadores já estão fazendo parte, ajudando o educando através de novos modos de aprender, utilizando ferramentas e/ou recursos didático-pedagógico e provocando a inclusão desde cedo de crianças e adolescentes.

Reforçando a ideia de Gomes em relação à necessidade da inclusão digital na sociedade e educação complementa Franco, (2003, p. 219):

(...) é preciso formar os indivíduos para uma nova cidadania, que possam ser capazes de participar efetivamente da vida social e política, assumindo tarefas e responsabilidades. Mas um cidadão ou cidadã que saiba se comunicar nos mais diferentes níveis, dialogar num mundo interativo e interdependente, impregnado dos instrumentos de sua cultura, utilizando-os para sua emancipação, transformação, libertação e transcendência. Acreditamos que caberá à educação desenvolver competências fundamentais no sentido de capacitá-lo para assumir o comando da própria vida, para uma participação mais direta, efetiva e responsável na vida em sociedade. Educá-lo para que seja membro de uma cultura moderna, capaz de integrar o sistema produtivo fazendo uso dos insumos e produzindo em harmonia com o seu meio natural e social. Educá-la para que seja um consumidor consciente, capaz de tomar posse das informações produzidas no mundo e que afetam sua vida como cidadã.

Em relação às modalidades de ensino que o CEJA oferece, são: nivelamento; educação especial; e turmas presenciais do ensino fundamental, bem como ensino médio. O PPP também aborda o funcionamento em relação às matrículas, transferências, equivalências de estudos, classificação, reclassificação, organização dos tempos escolares, frequência, organização escolar bem como atribuições de cada um dos integrantes da comunidade escolar. No PPP do CEJA Seara consta ainda a organização do ensino com as normas de organização e convivência social, bem como procedimentos em caso de não cumprimento das normas de organização e convivência escolar. Percebemos assim que o documento analisado está em consonância com a lei do nosso sistema educacional, a Lei De Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9.394/96) que definem os princípios, as finalidades, as intenções e os objetivos da educação brasileira; as bases referentes aos níveis e às modalidades de ensino; aos processos de decisão; às formas de gestão e as competências e responsabilidades relativas à manutenção e ao desenvolvimento do ensino no país.

Em relação ao currículo observa-se o que segue PPP CEJA Seara (2016, p.30):

O currículo é construído como um processo dinâmico a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais, da Proposta Curricular de Santa Catarina, do parecer de Educação de Jovens e Adultos, que é constantemente utilizado nesta escola, produzido pelo grupo através do Projeto Político Pedagógico, pois se compreende que tais ações passam pelo planejamento individual de cada professor e posterior discussão, e construção coletiva, na socialização, que envolve todos os segmentos da escola.

Sabemos que o currículo é um importante elemento dentro do contexto escolar, é um dos documentos que orientam o trabalho do professor por isso deve ser elaborado coletivamente pelos membros da escola e estar de acordo com a realidade da escola e dos alunos, de modo que propicie a diversidade de conteúdos. Também deve estar de acordo com o PPP, as Diretrizes Curriculares Nacionais e os Parâmetros Curriculares Nacionais. Entendemos que o uso de recursos tecnológicos digitais pode auxiliar na prática pedagógica docente, entretanto, não basta inserir a tecnologia digital nas aulas, é necessário incorporá-las e integrá-las ao currículo, colocando a tecnologia a serviço da construção de conhecimentos, pois essa amplia as possibilidades de ensino - aprendizagem. Assim, concordamos com Almeida e Valente (2011, p. 9) ao atestarem que:

Torna-se evidente que as mudanças vão além de práticas esporádicas em espaços delimitados a laboratórios de informática e penetram no cerne dos processos de ensino e aprendizagem, provocando mudanças nas relações com o conhecimento e no currículo.

No PPP do CEJA Seara, constam ainda procedimentos gerais em relação à oferta das disciplinas, diários de classe, notas, faltas justificadas e outros. Ainda no PPP, está o anexo do

Plano de Gestão Escolar (PGE) do CEJA Seara.

Por meio da análise do PPP, constatamos que o PPP não trata da cultura digital, o que está previsto é: “Conforme a Lei nº 14363/08, não é permitido o uso de celular em sala de aula. A escola não se responsabiliza em caso de perda, roubo, dano. Caso o aluno persista no uso do celular.” (SEARA, 2016, p. 22).

3.3 ALTERAÇÕES SUGERIDAS PARA O PROJETO POLÍTICO- PEDAGÓGICO - CEJA SEARA

Conforme ressaltamos no tópico anterior, verificando o PPP do Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) de Seara, constatamos que o mesmo não trata da cultura digital. Desta forma, percebemos ser necessário incluir a cultura digital no PPP da escola.

Também há necessidade de um trabalho diferenciado da equipe gestora e professores em relação ao uso do celular para fins pedagógicos. A incorporação das TDIC, assim como qualquer outra reflexão e alteração no PPP, deve contar com a participação de gestores, professores, alunos, pais e funcionários a transformar a escola em um lugar democrático e promotor de ações educativas que ultrapassem os limites da sala de aula, instigando o educando a vislumbrar o mundo muito além dos muros da escola, respeitando sempre os pensamentos e ideais do outro.

A escola deve ter claro qual o seu papel, qual a sua função: formar cidadão com saberes indispensáveis para a sua inserção na sociedade. É preciso que a escola trabalhe com a realidade, e, portanto, com a inserção das tecnologias na sociedade. Que forme cidadãos que contribuam ativamente da vida econômica e social do país. A escola deve levar o aluno a compreender a realidade da qual parte, situar-se nela, interpretá-la e contribuir para essa transformação.

Assim, é de fundamental importância a construção do PPP na coletividade, pois a escola é o principal ponto de referência para a construção da identidade escolar e dos profissionais que nela atuam, bem como é a base para a formação de futuros cidadãos críticos, profissionais éticos e qualificados, lembrando que o currículo escolar deverá estar direcionado aos interesses da escola, considerando todo um contexto histórico, a realidade local e as reais necessidades vivenciadas no cotidiano pelas envolvidos no processo educativo.

Tomando como base o PPP, pode-se compreender todo o funcionamento, a estrutura, a metodologia e a prática pedagógica, enfim, tudo o que pode e deve ser esclarecedor para o

bom entendimento quanto à estrutura e o funcionamento da escola, tanto por parte da comunidade e especialmente pelos professores.

As principais características de um PPP são a necessidade de envolvimento da comunidade educativa, visando um processo de reflexão-ação, que se consegue por meio da prática reflexiva, onde juntamente com o grupo se estabelece um ponto de referência que passará a ser o gerador de questionamentos, dúvidas, sonhos e do que realmente a escola necessita. Veiga (1995, p. 33) considera que:

É preciso entender o projeto político-pedagógico da escola como uma reflexão de seu cotidiano. Para tanto, ela precisa de um tempo razoável de reflexão e ação, para se ter um mínimo necessário à consolidação de sua proposta.

Seguem as alterações sugeridas: 1) tempo para a revisão do PPP; 2) a inclusão das TIDC no trabalho pedagógico; e 3) formações continuada para equipe gestora e docente.

1) A primeira alteração sugerida é em relação ao tempo disponível para revisão do PPP, onde conforme relato a revisão é feita no início do ano letivo pela equipe de gestão e docentes, assim a nossa proposta é que esta revisão seja realizada com toda a comunidade escolar e com o tempo necessário para este trabalho, pois a gestão democrática se faz envolvendo todos os segmentos da comunidade, o que também é assegurado por Marques, (1990, p. 21):

A participação ampla assegura a transparência das decisões, fortalece as pressões para que sejam elas legítimas, garante o controle sobre os acordos estabelecidos e, sobretudo, contribui para que sejam contempladas questões que de outra forma não entrariam em cogitação.

A partir do exposto a escola passa ser um espaço democrático com a discussão do PPP como ferramenta de planejamento capaz de indicar uma direção para o trabalho coletivo.

2) A segunda proposta consiste em rever o PPP do CEJA Seara incluindo o uso das TDIC no próprio documento e no trabalho pedagógico propondo a utilização de tecnologia como recurso de inovação em sala de aula. Essa inclusão terá como base todas as atividades, projetos, questionários, planejamento, formação para docentes realizadas durante o curso de especialização na cultura digital por docentes da escola, sabedores de que para garantir que a tecnologia esteja a serviço da aprendizagem e que não seja um fim em si mesmo, deve estar contemplada no PPP. Conforme reforça Valente, (2007, p.38):

[...] o processo ensino-aprendizagem deve incorporar cada vez mais o uso das tecnologias digitais para que os alunos e os educadores possam manipular e aprender

a ler, escrever e expressar-se usando essas novas modalidades e meios de comunicação, procurando atingir o nível de letramento.

3) A terceira proposta consiste em propor ao o NTE da 33ª Regional de Seara/ SC formações continuadas periódicas para equipe de gestão e docentes do CEJA Seara no sentido de incluir efetivamente as TDIC no dia a dia da escola principalmente com desenvolvimento de projetos interdisciplinares utilizando as diferentes ferramentas tecnológicas. Proposta essa defendida por Almeida, (1998, p. 43):

[...] é preciso que o professor vivencie situações em que possa analisar a sua prática e a de outros professores; estabeleça relações entre estas e as teorias de desenvolvimento subjacentes; participe de reflexões coletivas sobre as mesmas; discuta suas perspectivas com os colegas; e busque novas orientações.

Muitos profissionais têm facilidades em utilizar as TDIC em seus planejamentos bem como nas aulas por eles desenvolvidas, assim além da formação com o NTE momentos de troca de experiências são considerados de suma importância no sentido de efetivar cada vez mais as TDIC no processo ensino – aprendizagem.

CONCLUSÃO

O trabalho apresentado teve como foco um sucinto relato sobre a importância do PPP, bem como das TDIC na educação, teve como foco o CEJA Seara onde se percebe grande heterogeneidade em cada uma das turmas da escola e o desafio para gestores e professores para com os seus alunos, principalmente nas questões relacionadas ao uso das tecnologias nas práticas pedagógicas.

As turmas são constituídas de nativos digitais que são aqueles que conseguem assistir TV, ouvir música, e teclar no celular ou notebook tudo ao mesmo tempo, por imigrantes digitais, que são aqueles que nasceram na era digital, mas ainda estão aprendendo a lidar com a tecnologia e por analfabetos digitais, aqueles que são os excluídos do contato com a informática. Assim, percebemos que os avanços na tecnologia, além de novos hábitos e valores, cria um verdadeiro abismo entre as gerações. Do mesmo modo, consideramos que os jovens que cursam a Educação de Jovens e Adultos (EJA) lidam com facilidade com o celular e seus diferentes aplicativos, já os de maior idade utilizam o celular somente para fazer e receber ligações veem com muita dificuldade os equipamentos tecnológicos.

Estes fatores relatados se constituem em um desafio a ser superado pelos alunos, em sua maioria, mas também é um desafio para os profissionais do EJA, neste contexto, para os profissionais do CEJA Seara, pois por conta da heterogeneidade das turmas, precisam contemplar com competência a todos da turma sejam eles adolescentes, adultos ou idosos.

Na condição de gestores, percebemos também que ainda há necessidade de proporcionar à equipe pedagógica, mais momentos de planejamentos e formações para que consigam lidar melhor com essa diversidade digital e, conseqüentemente, atingir melhor qualidade nos processos de ensino - aprendizagem.

Com a sugestão da integração das TDIC no PPP do CEJA de Seara, esperamos que as inovações tecnológicas e os novos paradigmas da reestruturação produtiva desencadeiem incorporação e o uso de ferramentas tecnológicas no processo de formação humana, pois estamos perante a uma nova realidade em relação à sociedade, considerada a sociedade da informação com novas formas de receber e transmitir informações, e essas inovações estão presentes em todos os campos da sociedade, tendo reflexo direto na vida do ser humano e principalmente na sua formação acadêmica e profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de. **Transformações no trabalho e na formação docente na educação a distância on-line**. Brasília, 2010.

ALMEIDA, M. E. B. D. & VALENTE, J. A. **Tecnologias e currículo: trajetórias convergentes ou divergentes**. São Paulo: Paulus, 2011.

ALMEIDA: SILVA, M. G. M. da. **Currículo, Tecnologia e Cultura Digital: espaços e tempos de Web Currículo**. São Paulo: Revista e-curriculum, 2011.

ARROYO, M. G.A. **Educação de jovens e adultos em tempos de exclusão**. p. 221- 230. In: *Construção coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos*. Brasília: UNESCO, MEC, RAAAB, 2005.

BRASIL. **Secretaria de Educação a Distância**. Programa Nacional de Informática na Educação. Brasília: MEC/SEED, 1996.

BUZATO, M. E. K. Letramentos digitais e formação de professores. **In: III Congresso IberoAmericano EducaRede**. 2006. Disponível em: <<http://www.unilago.com.br/arquivosdst/24983MarceloBuzato%20%20letramento%20digital%20e%20formacao%20de%20profs%20@.pdf>>. Acesso em 21junho. 2016.

CASTELLS, M. **A Sociedade em rede: a era da informação, economia, sociedade e cultura**. V. 1, São Paulo. Ed. Paz e Terra, 2001.

CASTRO, C. M. **Educação brasileira: consertos e remendos**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

FARIAS A. F. **Identificando os sujeitos da educação de jovens e adultos no município de Presidente Prudente-SP**, 2010.

FRANCO, M. G, **Inclusão Digital: Uma proposta na alfabetização de jovens e adultos, IX Workshop de Informática na Escola**. WIE, 2003.

FERRARI, G. V. **A importância do coletivo na construção do projeto político pedagógico da instituição escolar**. Erechim, 2011

FREITAS, L.C. et al. Dialética da inclusão e da expulsão: por uma qualidade negociada e emancipadora nas escolas. In: **Escola Viva: elementos para a construção de uma educação de qualidade social**. Geraldi, C.M.Riolfi, C.R.; Garcia, M.F. Campinas: Mercado de Letras Edições e Livraria Ltda, 2004.

FUSARI, José Cerchi. **O planejamento do trabalho pedagógico: algumas indagações e tentativas de respostas**, 1998.

GHEDIN, Evandro; LEITE, Yoshie U. F.; ALMEIDA, Maria I. de. **Formação de professores: Caminhos e descaminhos da prática**. Brasília: Líber Livro, 2008.

GOMES, E. **Exclusão digital: um problema tecnológico ou social?** RIO DE JANEIRO: TRABALHO E SOCIEDADE - ano 2 - nº especial - dezembro 2002

HERNANDEZ, F. **Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

<http://esud2014.nute.ufsc.br/anais-esud2014/files/pdf/126723.pdf> acesso em 07/07/2016.

IMBERNÓN, Francesc. **Formação Docente Profissional: formar-se para a mudança e a incerteza.** São Paulo, Cortez, 2010.

LACERDA, Cecília Rosa. **Projeto Político Pedagógico: construção, pesquisa e avaliação.** Fortaleza: Gráfica LCR, 2004.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996.

LÉVY, P. **A inteligência coletiva: Por uma antropologia do ciberespaço.** São Paulo: Loyola, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora? – novas exigências educacionais e profissão docente.** São Paulo: Cortez, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estruturas e organização.** - São Paulo: Cortez, 2003.

LONGHI, Simone Raquel Pagel; BENTO, Karla Lucia. **Projeto Político-Pedagógico uma construção coletiva.** Revista de divulgação técnico-científica do ICPG. Vol. 3 n. 9 - jul.- dez./2006

MARQUES, Mário Osório. **"Projeto pedagógico: A marca da escola"**. In: Revista Educação e Contexto. Projeto pedagógico e identidade da escola nos 18. Ijuí, Unijuí, abr./jun. 1990.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. **La educación desde La comunicación.** Buenos Aires: Norma, 2002.

MARTINS, Maria Cecília; D'ABREU, João Vilhete Viegas. **O Computador na Sociedade do Conhecimento.** Campinas – SP: UNICAMP/NIED, 1999.

MASETTO, M. Mediação pedagógica e o uso da tecnologia. In: José Manuel Moran, Marcos T Masetto, Marcos; Behrens, Marilda A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica.** Campinas: Papirus, 2000.

MASETTO, Marcus T. **Competência pedagógica do professor universitário.** São Paulo: Summus, 2003.

MATOS, J. F.; PEDRO, N. **Competências TIC Estudo de implementação.** v.2. Plano tecnológico da Educação. GEPE. Ministério da Educação. Lisboa. Princípios orientadores para a formação em TIC. 2009. Disponível em <http://www.pte.gov.pt/pte/PT/Projectos/Projecto/Documentos/index.htm>

MELO, J. M. e TOSTA, S.P. **Mídia & Educação.** Belo Horizonte : Autentica Editora, 2008

MORAES, D. de. **Comunicação alternativa, redes virtuais e ativismo: avanços e dilemas.** Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación www.eptic.com.br, vol. IX, n. 2, mayo – ago. / 2007. [Acesso: 01/07/2008]

MORAN, José Manuel. **Principais diferenciais das escolas mais inovadoras.** Disponível em <http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/diferenciais.pdf>, Acesso em 14/06/2016.

MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T. (Orgs.). **Sociologia e teoria crítica do currículo: uma introdução.** In: _____. Currículo, cultura e sociedade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

PRETTO, N.; ASSIS, A. **Cultura digital e educação: redes já,** 2008.

SANCHO, Juana Miranda et.al. **Tecnologias para transformar a educação.** Porto Alegre: Artmed, 2006.

SACRISTÁN, J. Gimeno, **O Currículo: uma reflexão sobre a prática,** 3ª Ed. Artmed, Porto Alegre/RS, 2000.

SANTOS, J. C. F. dos. **Aprendizagem Significativa: modalidades de aprendizagem e o papel do professor.** Porto Alegre: Mediação, 2008.

SEARA, **Projeto Político Pedagógico do Centro de Educação de Jovens e Adultos,** 2016.

SILVA, LauraciDondé da (org.); POLENZ, Tamara (org). **Educação e contemporaneidade: mudança de paradigma na ação formadora da universidade.** Canoas: Ed. ULBRA, 2002.

SILVEIRA, A. (Org.). **Além das redes de colaboração: internet, diversidade cultural e tecnologias do poder.** Salvador: EDUFBA, 2008.

VALENTE, J. A. **Um laptop para cada aluno: promessas e resultados educacionais efetivos,** 2010.

VALENTE, J. A. **Repensar as situações de aprendizagem: o fazer e o compreender.** Boletim Salto para o Futuro, Brasília, 2002. Tecnologia e educação: novos tempos, outros rumos. Disponível em: Acesso em: 7 ago. 2008. NTE, José Armando (org.); BARANAUSKAS, Maria Cecília Calani; DA ROCHA, Heloísa Vieira;

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico.** 7ª edição. São Paulo: Libertad, 2000.

VASCONCELLOS, Celso S. **Planejamento; projeto de ensino-aprendizagem e político-pedagógico.** São Paulo: Libert, 2002.

VEIGA, I.p.A. **Projeto político – pedagógico da escola: Uma construção possível.** Campinas: Papiros, 1995.

ANEXOS

ANEXO A – Plano Político Pedagógico

Plano

Político

Pedagógico

CEJA

2016

1. APRESENTAÇÃO

Nossa Escola é um órgão mantido pelo Governo Estadual, foi homologado pelo decreto nº 3.055 de 04 de março de 2010 pelo parecer nº 590 de 15/12/2009. Autorizada a funcionar o curso de Educação de Jovens e Adultos em nível de ensino fundamental e médio na modalidade de Educação à distância, com atendimento por módulos. Atendíamos na Rua Fernando Kirchner, nº 183 no Bairro Industrial.

No ano de 2012, no mês de fevereiro, o Centro de Educação de Jovens e Adultos passou a exercer suas funções nas dependências da EEB Seara situada na Rua Philomena Maria Grigolo nº 53, No Bairro Industrial, no município de Seara – Santa Catarina.

O CEJA desenvolve suas atividades nas escolas estaduais e municipais, atendemos os municípios da SDR de Seara na forma de NAES (Núcleos Avançados de Ensino Supletivo) e UD's (Unidades Descentralizadas), nas modalidades de Alfabetização e Nivelamento, Ensino Fundamental e Médio. A parceria envolve os seguintes municípios: Seara, Ipumirim, Arabutã, Lindóia do Sul, Itá, Xavantina e Arvoredo. Nosso quadro de funcionários é composto por: (01) diretora geral (Rejane Buth Heemann), uma Assessora de Direção (Clasi Christmann), trinta e três (33) professores, atendemos alunos distribuídos nos sete municípios da SDR 33ª de Seara.

2. PAPEL DA ESCOLA

a) MISSÃO DA ESCOLA

A Educação de Jovens e Adultos passou por dificuldades em sua constituição histórica como modalidade de ensino, marcada por exclusões e uso de metodologias que não atendiam as camadas populares. A nova LDB e as novas leis educacionais vieram constituir um avanço para a EJA, possibilitando-a ser mais democrática e dialógica preocupada em ouvir as experiências dos alunos, afim de que estes venham a ser sujeitos ativos na construção do conhecimento e fazer da educação uma forma de intervenção no mundo.

A Educação de Jovens e Adultos visa possibilitar o acesso ao conhecimento científico contextualizado, àqueles que não o tiveram em idade própria, buscando a construção de um sujeito reflexivo, crítico em relação à realidade atual, com a possibilidade de interagir e contribuir para uma transformação quando necessário, numa perspectiva comprometida, solidária e coletiva, exercendo assim a sua cidadania. A aprendizagem se dá através da interação entre o conhecimento e o sujeito. A partir do ensino pretende-se que o indivíduo conheça a realidade, podendo contribuir com a sociedade através dos conhecimentos que construiu. A aprendizagem ocorre quando há mudança de atitude em relação ao conteúdo trabalhado.

O processo ensino aprendizagem significativo pressupõe uma visão de totalidade, privilegiando a liberdade de ação pedagógica, coerente com a legislação em vigor. Assim, precisamos estar atentos para alguns aspectos como a construção do conhecimento como ato coletivo mediado pela interação entre professor, aluno e o meio. Compreender a realidade dos alunos trabalhadores como ponto de partida para a promoção do conhecimento. Refletir e compartilhar com os alunos suas vivências para a soma no processo de ensino e aprendizagem.

b) CONCEPÇÃO DE SER HUMANO

O ser humano é o que ele próprio se faz, nada mais significativo e importante para a construção da cidadania do que a compreensão de que a cultura não existiria sem a socialização das conquistas humanas, o sujeito anônimo é, na verdade, o grande artesão dos tecidos de sua história.

c) CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO DA EJA

A Educação de Jovens e Adultos visa promover a humanização, desenvolvendo com o aluno possibilidades de enfrentar os desafios da aprendizagem, superando o senso comum.

Cabe, portanto, a EJA, trabalhar o conhecimento científico, instrumentalizando-o para a ampliação de suas ações, a fim de modificar sua forma de ver, sentir e agir sobre o mundo.

Dentro deste caráter ampliado, os termos “jovens e adultos” indicam que, em todas as idades e em todas as épocas da vida, é possível formar-se, desenvolverem-se, constituir conhecimentos, habilidades, competências e valores que transcendam os espaços formais da escolaridade que conduzam a realização de si próprios e o reconhecimento do outro como sujeito.

d) FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

A Educação de Jovens e Adultos visa possibilitar o acesso ao conhecimento científico contextualizado, àqueles que não o teve em idade própria, buscando a construção de um sujeito reflexivo, crítico em relação à realidade atual, com a possibilidade de interagir e contribuir para uma transformação quando necessário, numa perspectiva comprometida, solidária e coletiva, exercendo assim a sua cidadania.

e) ENTENDIMENTO DO ENSINO/APRENDIZAGEM DA EJA

A aprendizagem se dá através da interação entre o conhecimento e o sujeito. A partir do ensino pretende-se que o indivíduo conheça a realidade, podendo contribuir com a sociedade através dos conhecimentos que construiu. A aprendizagem ocorre quando há mudança de atitude em relação ao conteúdo trabalhado.

O processo ensino aprendizagem significativo pressupõe uma visão de totalidade, privilegiando a liberdade de ação pedagógica, coerente com a legislação em vigor.

Para que isso ocorra, faz-se necessário observar os seguintes aspectos:

- 1 – A construção do conhecimento é um ato coletivo mediado pela interação entre o aluno e professor com o meio.
- 2 – Compreender a realidade dos alunos trabalhadores como ponto de partida para a promoção do conhecimento.

3 – Importância da fala escuta, leitura e escrita no desenvolvimento de seu potencial criativo e de seu pensamento autônomo.

4 – Orientar o aluno a refletir e compartilhar de suas vivências para a soma no processo de ensino e aprendizagem.

5 – Comprometimento com uma educação social e democrática, que proporcione ao aluno: interagir, interpretar, compreender, participar e exercer a cidadania.

f) COMPROMISSO ÉTICO-POLÍTICO DO PROFESSOR

Aliada a competência técnica, o professor precisa praticar a ética e o compromisso político frente à escola e ao grupo, visando à construção de uma sociedade dentro desses princípios, deverá proporcionar reflexão e questionamentos sobre problemáticas e possíveis intervenções frente a elas, assumindo um compromisso com a autonomia e garantir a permanência na escola.

Por vezes, os educadores reproduzem os princípios dogmáticos do sistema capitalista, que nem sempre são superados com perspectivas transformadoras (teoria-prática e inclusão). Para tanto:

É preciso que cada educador tenha bem claro: Qual é o projeto de sociedade que quer? Que aluno quer? Família e Escola que persegue? Quais os interesses de classe que defende? Quais os valores, a ética e a moral que elege para consolidar através de sua prática? Como articula suas aulas com esse projeto maior de homem e de sociedade? (SOARES et. al., 1992, p.26)

g) DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA

Os alunos são em sua maioria trabalhadores de indústrias, agricultores, auxiliares de pedreiros entre outros. Os mesmos apresentam uma faixa etária cada vez mais juvenil. Esse aspecto aponta para alunos da escola diurna e noturna, ou que, por motivos diversos tiveram que interromper seus estudos e agora buscam retomar sua vida estudantil. Cabe ressaltar que, boa parte dos jovens que frequentam nossas salas de aulas, muitas vezes, assumiram, por força das

circunstâncias, papéis adultos, já constituíram famílias e já lutam pela sobrevivência das mesmas.

Os alunos adultos, pais e mães de família, trabalhadores e idosos são alunos que nunca estudaram ou que há muito deixaram de estudar em função de terem que atender as demandas da família, do trabalho e da sobrevivência e agora vem em busca do resgate de sua condição de cidadãos através do estudo. Os alunos adultos têm um terceiro turno de atividades em seu dia, apresentando muitas dificuldades de aprendizagem, em função da jornada a que são submetidos. São na maioria assalariados, pequenos agricultores e os mais jovens dependentes financeiros de seus pais.

Em relação ao nível de instrução dos pais dos alunos a maioria concluiu a etapa inicial do ensino fundamental, sendo de origem italiana e alemã. Como já citado muitos dos nossos alunos já tem famílias constituídas e estes participam de organizações comunitárias tendo um número considerado nas turmas do interior bem maior em relação aos alunos da cidade.

3. PROPOSTA CURRICULAR

a) MODALIDADES DE ENSINO

As modalidades de ensino que a nossa instituição oferece são as seguintes:

1.a PRIMEIRO SEGMENTO

Alfabetização (Programa Brasil/Santa Catarina Alfabetizada)

Destina-se aos alunos que ainda não são alfabetizados, ou seja, não sabem codificar e decodificar (códigos e números), ler e interpretar.

OBS: Para o ingresso de aluno na Educação de Jovens e Adultos, serão respeitados os seguintes critérios:

2.a TESTE DE SONDAGEM

O aluno que nunca frequentou a escola será matriculado no 1º segmento (alfabetização) exceto se o mesmo for autodidata. Neste caso terá direito a submeter-se a um teste de classificação para verificar em que nível se enquadra, conforme prevê o artigo nº 24 da LDB. Se o teste corresponder ao nível de 1º ao 5º ano, será feito por um professor do 1ª segmento; se de 6º ao 9º ano, por uma Comissão Multidisciplinar de Professores indicada pela Direção da Escola. Quando isso ocorrer, recomenda-se fazer o registro em ata assinada pelos professores que realizaram a avaliação escrita das diversas disciplinas.

O aluno que frequentou a escola anteriormente será verificado seu histórico escolar e a grade da escola de origem (aproveitamento de estudos, apenas na modalidade presencial por oficinas).

Para o sucesso do processo de ensino-aprendizagem é recomendado que o aluno egresso de outra escola seja submetido a um diagnóstico oral ou escrito para verificar se há defasagem de conteúdos. Constatada alguma deficiência, antes do mesmo ingressar no nível identificado pelo histórico escolar, fará a recuperação de conteúdos pelo professor da disciplina ou por um professor do 1º segmento, conforme a necessidade

3.a SEGUNDO SEGMENTO – NIVELAMENTO

O nivelamento é destinado aos jovens e adultos que já estão alfabetizados, mas necessitam aprimorar conteúdos de 1º ao 5º ano.

No que corresponde a turmas de 1º Segmento do Ensino Fundamental, a frequência ao curso será diária, podendo o aluno avançar para a etapa seguinte, respeitando o seu desempenho e o nível de escolaridade em que se encontra. O aluno deve ter, no mínimo, 75% (setenta e cinco

por cento) de frequência para concluir a etapa. Serão desenvolvidas, também, atividades extraclases, como forma de reforço da aprendizagem, na modalidade por oficinas.

O aluno que, por intermédio de avaliação específica, demonstrar domínio dos conhecimentos de 1º Segmento do Ensino Fundamental, poderá ingressar no 2º Segmento do Ensino Fundamental, sem necessariamente ter frequentado o 1º segmento, segundo Artigo nº 24, Inciso II, alínea C, da Lei de Diretrizes e Base Nacional – LDB.

As aulas são explicativas e expositivas. Seguem-se os conteúdos curriculares pré-estabelecidos nos livros didáticos, complementando com assuntos atualizados e significativos.

No decorrer das atividades procura-se trabalhar no coletivo, tendo também o momento individual, atividades extraclases, sendo 100% aulas presenciais.

A Disciplina de Educação Física: o Parecer nº. 422/2007/CEE traz a obrigatoriedade da prática de Educação Física para EJA. O professor deve adequar às atividades conforme as especificidades desta faixa de estudante e ao espaço disponível.

4.a EDUCAÇÃO ESPECIAL

Conforme Resolução nº 061, art.32 e 33. A Educação especial é um processo de desenvolvimento das potencialidades de portadores de deficiências, especiais de aprendizagem, originadas quer de deficiência física, sensorial, mental ou múltipla.

A EJA não poderá ter turmas formadas exclusivamente por alunos especiais, os mesmos deverão ser matriculados em turmas mistas, nas quais poderá ser disponibilizado, o segundo professor de turma, após a aprovação do processo enviado para Fundação Catarinense de Educação Especial./FCEE e da SED.

5.a SEGUNDO PROFESSOR

Quando ofertado no Ensino Fundamental e Médio, o segundo professor de classe tem como função apoiar o professor regente, em função de seu conhecimento específico, no desenvolvimento das atividades pedagógicas, sugerindo ajuda técnica que facilitam o

processo de aprendizagem do educando da Educação Especial. Na eventual ausência do educando, o professor cumprirá a carga horária de trabalho na escola.

6.a BRASIL/SANTA CATARINA ALFABETIZADO

O Programa Brasil Alfabetizado/Santa Catarina, no município de Seara é coordenado pelo CEJA, o programa é financiado pelo MEC/FNDE. A organização do planejamento é fundamental para o sucesso do programa e esta é de competência dos CEJAs e suas equipes pedagógicas. O compromisso com uma educação de qualidade exige todo empenho e a criação das condições necessárias para o funcionamento do projeto. Compete ao CEJA articular-se com as instituições parceiras para garantir os materiais didáticos e de expediente que são fundamentais para o sucesso do processo de aprendizagem

7.a ALUNO VIAJANTE (motorista)

Ao aluno que comprovadamente, através da carteira de trabalho, por motivo da profissão que exerce necessitar de afastamento do município por um período igual ou superior a (07) sete dias ininterruptos, será assegurado o direito de iniciar ou concluir seus estudos, através de avaliações e ou trabalhos relativos à disciplina. O CEJA lhe fornecerá material (livros) para que possa estudar em casa (autodidata) podendo, no entanto, frequentar a aula ou procurar explicações com o professor da área que estiver presente na escola em horas atividades neste dia.

8.a ENSINO PRESENCIAL

O Ensino presencial terá como carga horária mínima 1.600 horas – relógio para o Ensino Fundamental e 1.200 horas – relógio para o Ensino Médio, com aulas totalmente presenciais (Resolução nº 03/2010 CNE/CEB e Resolução nº 074/2010 CEE).

9.a TURMAS DO PRESENCIAL

Frequência: Será considerada a frequência por semestre no conjunto das disciplinas, para aprovação, o aluno deverá ter no mínimo de 75% de presença.

Em relação aos casos que impossibilitam o aluno de frequentar as aulas, serão observados o decreto Lei nº 1.044/69 e apoiar-se no parecer nº 06/98, da Câmara de Educação Básica, Conselho Nacional de Educação.

Nota mínima para aprovação será (7,0) sete, conforme o que determina a Resolução nº 158/CEE.

Duração das aulas: A duração das aulas será de 48/45 minutos (incluindo recreio monitorado de 15 min.) no período diurno (13h às 17h) e 40 minutos no período noturno, com 10 min. de recreio (19h às 22h 30min).

MATRIZ 5417 e 5418 (2º Segmento do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) – Noturna.

Número mínimo de dias de efetivo trabalho escolar: 100 dias letivos

Número de dias letivos semanais: 05 dias

Número mínimo de semanas letivas 48 minutos: 20 semanas

Número mínimo de semanas letivas 40 minutos: 24 semanas

Número de aulas diárias: 05 aulas

Duração da aula: 48/40 minutos

Carga horária total: 1600 horas

Duração do curso: 02 anos

ÁREAS	DISCIPLINA	FASE/SEMESTRE				CARGA HORÁRIA
		1ª	2ª	3ª	4ª	
Área I Língua Portuguesa	Língua Portuguesa	8	8			256
	Língua Estr. Moderna Inglês	4			4	128
	Artes	4			4	128
	Educação Física			4	4	128
Área II Ciências da Natureza, Matemática	Matemática		8	8		256
	Ciências			4	4	128

Área Ciências Humanas	III	História		4	4		128
		Geografia	4			4	128
Ciência, Cultura, Tecnologia e Trabalho			5	5	5	5	320
Total Geral da Semanal			25	25	25	25	1600h

*Cada fase corresponde a um semestre.

Matriz Curricular 5419 e 5420 Ensino Médio (1º ao 3º ano) – Diurno/Noturno

Unidade Escolar: Centro de Educação de Jovens e Adultos – Seara

Número Mínimo de dias de efetivo trabalho escolar: 100 dias letivos

Número de dias letivos semanais: 05 dias

Número mínimo de semanas letivas 48 minutos: 20 semanas

Número mínimo de semanas letivas 40 minutos: 24 semanas

Número de aulas diárias: 05 aulas

Duração da aula: 48/40 minutos

Carga horária total: 1.200 horas

Duração do curso: 01 ano e meio

ÁREAS	DISCIPLINA	Fase/ Semestre			Carga Horária
		1 ^a	2 ^a	3 ^a	
Área I Linguagens, Códigos e suas Tecnologias.	Língua Portuguesa e Literatura	8			128
	Língua Estrangeira Moderna e inglês.			4	64
	Educação Física	4			64
	Artes		4		64
Área II Matemática	Matemática			8	128
Área III Ciências Humanas e suas Tecnologias	História	4			64
	Geografia			4	64
	Filosofia			4	64
	Sociologia		4		64
Área IV Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Química		4		64
	Física	4			64
	Biologia		8		128
Ciência, Cultura, Tecnologia e Trabalho.		5	5	5	240
Total Geral Semanal		25	25	25	1200h
• Língua Estrangeira Moderna Espanhola					64h
Total Geral com Espanhol					1264h

- Disciplina optativa;
- Cada fase corresponde a um semestre.

Da Disciplina de **CIÊNCIA, CULTURA, TECNOLOGIA E TRABALHO**.

- A disciplina de Ciência, Cultura, Tecnologia e Trabalho é parte do currículo escolar, portanto obrigatória, presencial e avaliativa.
- O professor para ministrar as aulas desta disciplina, deverá ter habilitação em qualquer área da educação, podendo ser efetivo (atuando no CEJA) ou contratado (ACT);
- Os alunos devem cursar a disciplina concomitantemente á(s) disciplina(s) cursada(s) na semana;
- A disciplina, conforme a matriz curricular tem oferta semanal e avaliação ao longo do semestre e do processo ensino – aprendizagem;
- A avaliação educacional seguirá orientações contidas no artigo 24, da LDBEN 9394/6, resolução nº 158/08/CEE/SC e compreende os seguintes princípios:

Investigativa ou Diagnóstica: Possibilita ao professor obter informações necessárias para propor atividades e gerar novos conhecimentos.

Contínua: Permite a observação permanente do processo ensino-aprendizagem e possibilita ao educador repensar sua prática pedagógica.

Sistemática: Acompanha o processo de aprendizagem do educando, utilizando instrumentos diversos para o registro do processo.

Abrangente: Contempla a amplitude das ações pedagógicas no tempo-escola do educando.

Permanente: Permite um avaliar constante na aquisição dos conteúdos pelo educando no decorrer do seu tempo-escola, bem como do trabalho pedagógico da escola.

A avaliação processual utilizará técnicas e instrumentos diversificados, tais como: trabalhos práticos, debates, seminários, experiências científicas e pesquisas, participação em trabalhos coletivos e/ou individuais, atividades complementares propostas pelo professor, produção textual, provas orais ou escritas.

4. Dimensão Administrativa

a) MATRÍCULAS

O CEJA dispõe de três processos de matrículas:

- Na modalidade Alfabetização e Nivelamento: a escola oferece matrícula durante todo o período letivo, respeitando o calendário escolar.
- Na Modalidade do Ensino Presencial Fundamental e Médio a oferta da matrícula ocorre no início do 1º semestre e início do 2º semestre.

b) REQUISITOS

Ensino Fundamental: 15 anos e/ou conforme normativa em vigor – 002/2009. Submetendo-se a uma sondagem, quando não apresentar documentação escolar comprobatório.

Ensino Médio: 18 anos. (a emancipação do indivíduo, não garante a matrícula na EJA, Resolução CNE/CEB 01/2000).

c) DOCUMENTOS

- a) Histórico e Grade Escolar;
- b) Cópia da Identidade e CPF;
- c) Cópia da certidão de nascimento ou casamento;
- d) Cópia do contrato de trabalho;
- e) Carteirinha do SUS;
- f) Comprovante de residência;
- g) Número de CPF e data de nascimento dos pais.
- h) Não estar matriculado em nenhuma unidade escolar.

d) TRANSFERÊNCIA

A transferência é concedida e recebida em qualquer época do ano, por solicitação do responsável ou pelo próprio aluno, se maior de idade. Ao conceder a transferência, a escola compromete-se fornecer a ele a documentação comprobatória de sua vida escolar.

e) EQUIVALÊNCIA DE ESTUDOS

Cabe à escola orientar o interessado, pais ou responsáveis pelo aluno transferido do exterior quanto aos procedimentos relativos à equivalência de estudos, conforme estabelecido na Resolução nº 34/99/CEE/SC.

A transferência de aluno oriundo de outro país será permitida em qualquer série da Educação Básica e em qualquer época do período letivo.

A matrícula de aluno estrangeiro só poderá se efetivar se o mesmo estiver devidamente registrado no Departamento de Polícia Federal, conforme dispõe a Lei nº 6815/80.

Em caso de impossibilidade da apresentação de qualquer documento escolar em decorrência de calamidades, guerras, exílio político, ou outras situações e emergências, o aluno deverá ser submetido ao processo de reclassificação (Lei Complementar nº 170/98, art. 24, Parágrafo único).

f) APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

É o aproveitamento de disciplinas comprovadamente cursadas e que se destina à complementação escolar nos cursos de Educação de Jovens e Adultos. O aluno deve ter idade mínima, conforme orientação acima, para ter direito ao aproveitamento de estudo e cursar a Educação de Jovens e Adultos na modalidade presencial, admitindo-se o aproveitamento de estudos, quando:

1. f) DISCIPLINAS CURSADAS E CONCLUÍDAS:

O aluno deve comprovar a aprovação de disciplinas, de acordo com a legislação vigente, mediante a análise e comparação entre o histórico escolar do aluno e a matriz curricular do curso, com o parecer da secretaria da escola de origem.

Os estudos de Educação de Jovens e Adultos, realizados em instituições estrangeiras, poderão ser aproveitados junto às instituições nacionais mediante a avaliação dos estudos e reclassificação dos alunos jovens e adultos, de acordo com as normas vigentes, respeitando os registros diplomáticos de acordos culturais e as competências próprias da autonomia dos sistemas. Conforme estabelece o artigo 23 da LDB nº 9394/96, que exige equipe multidisciplinar para esta avaliação.

Vale ressaltar que o Decreto nº 351/99, homologa a Resolução nº 34/99 do Conselho Estadual de Educação, que fixa normas para o reconhecimento de estudos da Educação Básica realizados no exterior, transferência de país e adota outras providências.

A equipe responsável pela avaliação de aproveitamento de estudos no CEJA é constituída por professores responsáveis pelas disciplinas de:

- Língua Portuguesa;
- Biologia;
- Ciências;
- Química;
- Física;
- História;
- Geografia;
- Arte;
- Matemática;
- Língua estrangeira;
- Filosofia;
- Sociologia.

2. f) CLASSIFICAÇÃO:

De acordo com a resolução 23, artigo 16, classificar significa posicionar o aluno em série ou fase compatível com sua idade, conhecimento e experiência, podendo ser feita:

- Por promoção: para alunos que cursaram com aproveitamento, na própria escola;
- Por transferência: para alunos procedentes de outras escolas;
- Por avaliação: independente de comprovação de escolarização anterior, mesmo que não tenha certificação formal, mediante classificação, feita pela escola, que avalia o conhecimento e a experiência do aluno permitindo sua matrícula na disciplina.

3. f) RECLASSIFICAÇÃO:

A Lei nº 9.394/96 e a Lei Complementar nº 170/98 em seus artigos 23, § 1º e 24, parágrafo único, respectivamente, delegam às escolas a possibilidade de reclassificar os alunos, inclusive em situações de transferências entre estabelecimentos situados no território nacional e no exterior, tendo como base às normas curriculares gerais.

Aos egressos das escolas indígenas e postulantes de ingresso em cursos de Educação de Jovens e Adultos, é admitindo o aproveitamento destes estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino.

A reclassificação consiste em reposicionar o aluno na série, diferente daquela indicada em seu histórico escolar e poderá ser feita nas seguintes situações:

- Transferência entre estabelecimentos situados no país e no exterior, posicionando o aluno na série adequada, tendo como base às normas curriculares gerais.
- O aluno deverá ser submetido ao processo de reclassificação quando houver transferência do exterior, com documentação insuficiente para determinar o nível de escolaridade ou quando da impossibilidade da apresentação de qualquer documento escolar em decorrência de calamidades, guerras, exílio político ou outras situações e emergências.

Pela legislação, trata-se de prerrogativa que se insere nas competências que o artigo 23 da LDB atribui à escola. Portanto, cabe à escola assumir a responsabilidade de operacionalização da reclassificação, a qual será feita pela banca multidisciplinar supracitada, que em decisão coletiva, submeterá o aluno a um processo de avaliação para definir e comprovar a matrícula na série correspondente.

Ao tratar de reclassificação, ela valoriza o conhecimento e experiência do aluno e não faz nenhuma referência à frequência mínima exigida. Portanto, se não for cumprido este mínimo exigido, nada impede que o aluno continue seus estudos no período letivo seguinte. Ao admitir a possibilidade da reclassificação dos alunos, a própria lei está dizendo que deve prevalecer o conhecimento do aluno. Ainda assim, consideramos a frequência às aulas um dos fatores importantes para a aprendizagem do aluno. Caso o mesmo não obtenha os (75%) setenta e cinco por cento de frequência mínima exigida, mas tenha suficiente aproveitamento, a escola poderá submetê-lo a um processo de avaliações, para que avance nos estudos.

É necessário salientar que a reclassificação em decorrência de o aluno não ter a frequência mínima exigida para a aprovação deve ser entendida como uma situação especial. Não pode

servir de pretexto para a escola eximir-se de seu compromisso com a busca de condições pedagógicas.

No caso de o aluno ser reclassificado, é necessário manter arquivado o registro das avaliações e todos os documentos, tais como: atas, provas ou outros trabalhos que venham a ser exigidos e mais as anotações para efeitos legais.

Cabe à escola, considerando o seu grau de autonomia, proceder aos ajustes necessários, devendo buscar soluções coletivamente, sem acarretar prejuízos ao aluno.

g) ORGANIZAÇÕES DOS TEMPOS ESCOLARES

Segundo a legislação (Lei nº9394/96 art. 23,24 e lei complementar nº 170/98, art.25,26), o ano letivo é de 200 dias de efetivo trabalho escolar, com carga horária anual mínima de 800 horas.

A jornada escolar no Ensino Fundamental e Médio é de no mínimo 4 (quatro) horas de efetivo trabalho escolar.

h) FREQUÊNCIA

De acordo com a Lei nº 9394/96, a aprovação do aluno está condicionada ao mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) de frequência às aulas, em relação ao cômputo total da carga horária em vigor, ou seja, de 100%, da carga horária anual ou semestral. A Educação de Jovens e Adultos difere do ensino regular. Dessa forma, a apuração da frequência se fará sobre a carga horária específica de cada disciplina.

i) EXPEDIÇÕES DE DOCUMENTOS ESCOLARES

O CEJA expede certificados/ histórico de conclusão. Para os concluintes do Ensino Fundamental e Ensino Médio, o documento é expedido após o término de todas as disciplinas da grade, bem como aos NAES sobre sua jurisdição, com seu devido parecer de autorização.

O CEJA por intermédio da SED também expede certificados aos concluintes do ENCCEJA e ENEM do Ensino Fundamental e Ensino Médio, após ter concluído todas as disciplinas da grade.

j) ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

Instituição: CEJA – Centro de Educação de Jovens e Adultos

Endereço: Rua Philomena Maria Grigolo nº 53, Bairro Industrial.

Diretora: Rejane Buth Heemann

Assessora de Educação: Clasi Christmann

Docentes (Efetivos): Total de 02(três)

Docentes (ACTs): Total de (33) trinta e três discentes:

Aproximadamente (350) quinhentos alunos.

h) ATRIBUIÇÃO

O Diretor do Centro de Educação de Jovens e Adultos deverá ser qualificado e devidamente habilitado em curso superior na área de Educação.

A direção é o órgão encarregado da gestão e funcionamento dos serviços escolares no sentido de garantir o alcance dos objetivos educacionais da unidade escolar, definidos no Projeto Político Pedagógico.

A direção é composta por um Diretor e um Assessor de Educação, eleitos pela comunidade escolar.

1.h ATRIBUIÇÕES DO DIRETOR

- Representar o CEJA, responsabilizando-se por seu funcionamento perante os órgãos e entidades do Poder Público.
- Assinar certificados de conclusão de cursos e/ou disciplinas, bem como toda a correspondência e documentação emitida e cancelar matrículas de alunos, quando for o caso;
- Coordenar e convocar os representantes das entidades escolares AFPAC – Associação de Funcionários Professores e Alunos do CEJA de Seara, bem como corpo docente para participar do processo de elaboração e execução do Projeto Político Pedagógico (PPP);
- Coordenar, acompanhar e avaliar a execução do Projeto Político Pedagógico na Unidade Escolar;
- Acompanhar o plano de aplicação financeira e a respectiva prestação de contas;
- Coordenar o processo de implantação das diretrizes pedagógicas emanadas da Secretaria do Estado de Educação.

- Estudar e propor alternativas de soluções, ouvidas, quando necessário, as Entidades Escolares, para atender situações emergenciais de ordem pedagógica e administrativa;
- Propor alterações na oferta de serviços de ensino prestado pela escola;
- Propor aos serviços Técnicos - Pedagógico - Administrativos as estratégias de ensino que serão incorporadas ao planejamento anual da UE.
- Aplicar normas, procedimentos e medidas administrativas, emanadas pela Secretaria de Estado de Educação, Ciência e Tecnologia;
- Coordenar a elaboração do calendário escolar e garantir o seu cumprimento;
- Participar da elaboração do planejamento curricular, garantindo que a realidade do aluno seja o ponto de partida e o redirecionamento do currículo.
- Viabilizar aos profissionais da escola oportunidade de aperfeiçoamento, visando o Projeto Político Pedagógico;
- Buscar atualização permanente;
- Influir para que todos os funcionários da escola se comprometam com o atendimento às reais necessidades dos alunos;
- Coordenar as solenidades de formatura.
- Promover a integração do Centro de Educação de Jovens e Adultos com as comunidades e região;
- Acompanhar as atividades dos Assessores, coordenadores dos demais Projetos.
- Delegar atribuições e serviços a servidores e funcionários da U.E.
- Convocar sempre que necessários professores e funcionários para reunião pedagógica.
- Representar o CEJA em eventos sempre que for convidado.

2.h ATRIBUIÇÕES DO ASSESSOR DE DIREÇÃO

SETOR ADMINISTRATIVO

- Elaborar, juntamente com todos os segmentos e setores da comunidade escolar, as diretrizes administrativas do CEJA;

- Coordenar o funcionamento de serviços administrativos e burocráticos;
- Administrar o patrimônio escolar em conformidade com a lei vigente, mantendo bom estado, adquirindo, conservando e recuperando o mobiliário escolar, materiais didáticos pedagógicos e os de consumo.
- Organizar e arquivar documentação.

SETORES PEDAGÓGICOS

- Coordenar e subsidiar as atividades pedagógicas da EJA e NAES e outros projetos vinculados ao Centro de Educação de Jovens e Adultos.
- Promover ações que objetivem a diminuição dos índices de repetências e evasão Escolar.
- Coordenar, organizar e atualizar a coleta dos dados estatísticos que possibilitem a constante avaliação do processo educacional, bem como auxiliar a direção na interação entre o corpo docente e discente.
- Subsidiar a U.E. para que ela cumpra sua função de socialização e construção do conhecimento, em especial ao corpo docente no planejamento de suas atividades e na busca de materiais.

3.h ATRIBUIÇÕES DOS AGENTES DE SERVIÇOS GERAIS

- Compete aos Agentes de Serviços Gerais zelarem pelo perfeito funcionamento dos ambientes, bem como pela conservação e limpeza do prédio, mobiliários e áreas de circulação dos alunos;
- Integrar-se às atividades realizadas na escola, conforme determinações da direção.

i) DISTRIBUIÇÕES DAS AULAS DOS DOCENTES

- A Instituição respeitará a legislação pertinente e diretriz emanadas da SED para a distribuição das aulas dos professores Efetivos e ACTs.
- Seguir-se-á a seguinte ordem de distribuição de aulas aos professores:

1º Em vagas excedentes.

2º Respeitar-se-á a ordem de classificação da seleção dos mesmos (nível de graduação).

j. COMPETEM AO CORPO DOCENTE

- Ministras aulas.
- Cumprir ADs, conforme carga/horária.
- Cumprir os horários e calendários escolares;
- Comparecer na Instituição nos horários previstos, comunicando com antecedência mínima de 24 horas, as ausências previstas;
- Participar dos órgãos colegiados dos quais por força deste regimento, for membro;
- Acatar as decisões da Direção, órgãos colegiados e demais autoridades de ensino;
- Participar da elaboração, execução e avaliação do PPP da Instituição;
- Preenchimento do diário online, bem como, promover e realizar as atividades de avaliação, corrigindo e atribuindo notas e presenças ao aluno para registro em seus documentos;
- Proporcionar aos alunos o resultado de trabalhos, testes, exercícios, pesquisas, provas e outras atividades, esclarecendo dúvidas para a melhoria do processo ensino-aprendizagem;
- Manter e fazer com que seja mantida a “disciplina” nas dependências da Instituição, em cooperação com a Direção;
- Zelar pelo bom nome do Centro de Educação de Jovens e Adultos, dentro e fora dele;
- Entregar ao CEJA todos os documentos necessários para a investidura e exercício da profissão, sempre que exigidos;

- Manter com os colegas espírito de colaboração e solidariedade, indispensável à eficiência da ação pedagógica.
- Comparecer às reuniões, encontros, seminários e outros eventos para os quais for convocado ou convidado, independente do horário de trabalho na escola.

k. ATRIBUIÇÕES DO CORPO DISCENTE

- Participar de eventos extraclasse promovidos pela escola. (caminhadas, visitas, palestras, desfiles, representações, jogos, etc...).
- Respeitar as normas de convivência social do Centro de Educação de Jovens e Adultos;
- Cumprir as determinações da Direção, dos Professores e dos Funcionários, nas respectivas órbitas de competência;
- Zelar pela limpeza e conservação das instalações, dependências, materiais, utensílios e maquinários, indenizando os prejuízos que por ventura causar;
- Tratar com cordialidade e respeito à Direção, professores, funcionários e colegas;
- Possuir todo o material didático individual necessário, apresentando-o quando solicitado;
- Contribuir para a promoção e prestígio do Centro de Educação de Jovens e Adultos, em qualquer lugar onde estiver.
- Entregar trabalhos em data prevista, bem como comparecer no mínimo 75% das aulas ministradas, não faltar nos dias de avaliações.

l. ORGANIZAÇÃO DO ENSINO

1.1 NORMAS DE ORGANIZAÇÃO E CONVIVÊNCIA SOCIAL

Com a finalidade de aprimorar o bom funcionamento dos trabalhos escolares, a articulação dos vários serviços e a integração qualitativa entre diferentes pessoas que integram o contexto da escola, visando o desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico, faz-se necessário estabelecer normas de gestão e convivência (de acordo com os procedimentos gerais da escola). As normas de gestão e convivência visam orientar as relações profissionais e interpessoais que ocorrem no âmbito da escola, bem como as sanções e recursos cabíveis.

Estas normas fundamentam-se nos princípios de responsabilidade, ética, pluralidade cultural, autonomia e gestão democrática.

São elaboradas com a participação representativa dos envolvidos no processo educativo – alunos, funcionários e professores e devem estar em consonância com as disposições legais aplicáveis a cada uma das normas estabelecidas no Projeto Político Pedagógico, no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis, no Estatuto do Magistério Público do Estado, normas setoriais do Centro de Educação de Jovens e Adultos, elencadas a seguir

2.1 NORMAS DE ORGANIZAÇÃO E CONVIVÊNCIA-CEJA / SEARA/2016

Estas normas devem contemplar, entre outros aspectos:

- *Os direitos e deveres dos participantes do processo educativo;
- *As formas de acesso e utilização coletiva dos diferentes ambientes escolares;
- *A responsabilidade individual e coletiva na manutenção de equipamentos, materiais, salas de aula e demais ambientes.
- *Aos membros do Magistério e Servidores serão aplicadas às penalidades previstas nos Estatutos (leis) vigentes.
- * O aluno devera assinar o livro controle de saídas, se eventualmente for necessário sair antes do horário vigente estabelecido pela referida instituição.
- * A falta do aluno será registrada e o aluno assumirá a falta referente àquele horário.
- * Os recados serão anotados e transmitidos aos professores e alunos.
- * Conforme a Lei nº 14363/08, não é permitido o uso de celular em sala de aula. A escola não se responsabiliza em caso de perda, roubo, danos, etc.. Caso o aluno persista no uso do celular em sala.
- * Não será permitido o uso de aparelhos sonoros portáteis (MP3, MP4, celulares).
- * Fica proibido o uso de objetos cortantes em sala de aula (estiletas, canivetes,...).
- * Os trabalhos serão recebidos pelo professor na data e turno marcados ou acompanhados de atestado médico. Para garantir o direito de realizar avaliações posteriores o aluno deverá apresentá-lo aos professores, solicitando na sequência entregá-los ao setor pedagógico que analisará e encaminhará até a secretaria.

- * Colaborar com a ordem e disciplina no ambiente escolar, evitando conversas em tom de voz não compatível com o ambiente, algazarras e correrias;
- * As informações repassadas aos alunos e familiares serão de responsabilidade do aluno.
- * Não é permitido o acesso de pessoas estranhas ao ambiente da escola durante o horário escolar, exceto quando autorizado pela direção ou orientação;
- * Ao final de cada período de aula os alunos e professores deverão organizar a sala desligando luzes, ventiladores,...
- * Cooperar na manutenção da higiene e na conservação das instalações escolares: salas de aula, banheiros, carteiras, cadeiras e mesas do refeitório, etc.
- * Dispensa de aluno atleta: alunos atletas que participarem de competições federadas somente terá direito de realizar avaliações antecipadas ou posteriores, se as mesmas forem definidas com o professor antes de sua saída. Na ocasião, deverão apresentar o documento de dispensa e solicitar a assinatura de todos os professores envolvidos;
- * Extravio de materiais: a escola não se responsabiliza pelo extravio de materiais. Os alunos não devem trazer objetos de valor, perigosos ou dinheiros alheios ao processo ensino aprendizagem;
- * Patrimônio: o aluno que causar danos ao patrimônio deverá ressarcir-lo,
- * Jogos: não é permitido jogar baralho ou similares nas dependências da escola.
- * Cigarro e álcool: cumprir Lei nº 13.017 de 25/06/2004 que “proíbe o uso de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou qualquer outro produto famígeno, nas escolas públicas e privadas de Ensino Fundamental e Ensino Médio”. O ressarcimento do valor cobrado como multa, será de responsabilidade da pessoa autuada.
- * Atitudes e valores condizentes com o ambiente escolar: tratar todos com respeito, solidariedade e responsabilidade.
- * Não é permitido realizar atividades de outras disciplinas na aula em que está presente.
 - * Zelar pela sua imagem; higiene física;
- * Permanecer na escola somente no seu período de aula, devendo justificar sua presença na secretaria, se necessitar realizar algum trabalho ou atividade em outro horário.

* Não serão permitidos apelidos que denigrem a imagem do colega e dos profissionais da escola bem como: humilhações, brincadeiras perigosas, intimidações, etc. (bullying). Dependendo do tipo de agressão, o caso será encaminhado ao Conselho Tutelar ou ao ministério público (ato infracional).

* Em caso de falsificação de assinatura e documentos pelo aluno (a) será aplicada a suspensão de três dias.

3.1 EM CASO DO NÃO CUMPRIMENTO DAS NORMAS DE ORGANIZAÇÃO E CONVIVÊNCIA ESCOLAR.

- Conversa com o aluno, por parte do professor, registro em diário de classe no campo “observações” e/ou preenchimento da ocorrência que devem ser de conhecimento da direção e assessores.

- Encaminhamento ao setor pedagógico, havendo registro na Ficha.

 - Reunião com a equipe do NEPRE da escola.

- Termo de responsabilidade entre aluno, família e escola (com acompanhamento sistemático da família; ou conselho Tutelar quando o educando for menor de idade). Não havendo solução, decidir com o Conselho Tutelar, comissão da Unidade Escolar, composta pelo diretor, assessor, professor, pai e aluno, o encaminhamento do educando, transferência da turma ou turno, o aluno de maior, registra boletim de ocorrências, na delegacia de Policia, aguardando os encaminhamentos cabíveis na Lei.

4.1 CONSIDERAÇÕES:

- Dependendo da gravidade da situação ou fato, esta ordem poderá ser alterada.

- Garante-se que o aluno, pais e responsáveis a justificativa com compromisso de mudanças de atitudes por escrito em todos os momentos do processo, num período de três encontros/ dias úteis.

- Será acionado o Conselho Tutelar, caso necessário para acontecimentos com alunos menores de 18 anos, e dependendo dos casos a presença da polícia para atendimento aos maiores de 18 anos.

5.1 ATO INFRACIONAL

- Criança - Será comunicado ao conselho tutelar através de relatório com ciência dos pais.
- Adolescente/ Adulto - Será registrado um boletim de ocorrência pela parte lesada.

6.1 ADVERTÊNCIA

Em conformidade com o Projeto Político Pedagógico do Centro de Educação de Jovens e Adultos no que tange as Normas de Organização e Convivência, comunicamos que o (a) aluno(a), turma....., turno, disciplina.....está sendo advertido (a) pelos seguintes motivos:

SEARA,...../...../.....

Direção	Pais e/ou responsável	Professor
---------	-----------------------	-----------

Aluno

7.1 SUSPENSÃO

Em conformidade com o Projeto Político- Pedagógico do Centro de Educação de Jovens e Adultos, no que tange as Normas de Organização e Convivência, comunicamos que o(a) aluno(a)....., turma....., turno....., está sendo suspenso pelo prazo de.....(....) dias, em decorrência das seguintes situações.

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

SEARA,...../...../.....

Data de retorno á escola:/...../.....

.....

Pais e/ ou responsável

.....

Direção

.....

Aluno

8.1 TERMO DE RESPONSABILIDADE

Eu....., da turma....., turno....., responsável pelos meus atos, comprometo-me a cumprir as Normas de Organização e Convivência, constantes no Projeto Político-Pedagógico do Centro de Educação de Jovens e Adultos, uma vez que conforme acompanhamento sistemático e registro, deixei de cumpri-las.

Estou ciente, de que há necessidade de séria reflexão e mudança de atitudes, bem como demonstrar interesse no desenvolvimento das atividades em sala de aula e na escola.

Juntamente com minha família comprometo-me em:

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

SEARA,...../...../.....

Aluno

Responsável

9.1 ATESTADO MÉDICO/GRAVIDEZ.

- A aluna gestante tem seus direitos garantidos na Constituição Federal e Estadual, no Estatuto da Criança e do Adolescente, lei nº 6.202/75 e na 1.044/69. É o atestado médico que lhe assegura o direito ao afastamento das atividades escolares, devendo a escola garantir-lhe o direito de realizar exercícios domiciliares durante a licença. Ficará vetada a matrícula, em turma nova, (iniciar disciplina), de aluna gestante que estiver no oitavo (8º) mês de gestação ou mais, sendo obrigatória a apresentação de atestado médico comprobatório do período em que se encontra a gestação. A escola garantirá a gestante a conclusão da oficina em que estava cursando antes do início da licença.

- No caso de atestado médico, igual ou superior a 15 dias, o aluno terá assegurado o direito de conclusão da oficina em que está cursando, através de aplicação de provas de conhecimentos, na qual o aluno deverá atingir média mínima de 7,0 (sete). Para estudar para a prova a escola oferecerá o material, que podem ser levados para casa.

m) CONSELHO DELIBERATIVO ESCOLAR/ CEJA SEARA/2016

O conselho Deliberativo Escolar, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 3429-98, de 08/62/98, é uma instância de funcionamento permanente cuja função é garantir a formação e a prática democrática na escola, educando os que dele participam e dependem para a vida democrática em cidadania. Seu funcionamento, no âmbito da escola, tem um efeito pedagógico concreto e não discursos sobre a prática e a necessidade da democracia.

Este conselho favorece a efetiva participação da comunidade nos rumos e decisões da escola e a presença da escola na comunidade local. Abre espaço para as reivindicações dos alunos, professores, pais e comunidade, possibilitando que as famílias e os educadores atuem juntos na melhoria do atendimento escolar. Deve ser o balizador da ação coletiva na escola. Não apenas uma instância de natureza administrativa, mas também uma instância de natureza pedagógica e política. Suas funções de caráter consultivo, normativo, avaliativo e deliberativo, estão expressas na Portaria nº 008/99, que fixa normas complementares ao seu funcionamento. O Conselho Deliberativo Escolar deverá elaborar seu próprio estatuto e delegar atribuições às comissões, com a finalidade de dinamizar sua atuação e facilitar a sua organização.

A ação do Conselho Deliberativo Escolar tem seus limites, não podendo romper com os objetivos gerais da educação nem com seus princípios legais, colocando em risco a legalidade dos próprios atos escolares. Assim, deve estar submetido à legislação, às normas emanadas do Estado, ao Projeto Político Pedagógico da escola, aos interesses e à vontade da comunidade escolar que representa.

Os membros que compõe a diretoria do Conselho Deliberativo no CEJA são os seguintes:

- Diretora: Rejane Buth Heemann
- Presidente: Erickson Rodrigues do Espírito Santo
- Vice Presidente: Josimar Ilha
- Secretário: Roni Laudir Lohmann
- Representantes dos Professores: Paula Mattiello Maier, Eunice Junges, Thaianne Tramontina, Dalila Christmann, Clasi Christmann e Silvana Gonçalves de Souza.
- Representantes dos Alunos: Leandro Siqueira, Tiago Antonio Gugel, Joedi Marcos Mendes, Maria Verônica Gadelha de Oliveira e Vanuza Gonçalves da Silva Siqueira.
- Representantes dos Pais: Loreci Barcelos, Ivanilde Dias, Jhonatan Felipe dos Santos e Astério José Olbermann.

n) AFPAC

A Associação de Funcionários, Professores e Alunos do Centro de Educação de Jovens e Adultos – AFPAC – É uma Entidade Civil, com sede e fórum em, Seara, não possui fins lucrativos e desenvolve suas atividades como órgão cooperador dos funcionários, do corpo docente e discente da EJA.

A AFPAC tem por finalidade específica a integração escola-comunidade, promovendo a aproximação e cooperação entre alunos, professores e funcionários, planejamento e promovendo atividades culturais, cooperando na conservação do prédio, dos equipamentos e materiais didáticos, bem como participando do processo administrativo através da aplicação de verbas recebidas, da Secretaria do Estado.

É administrada por uma diretoria e um Conselho Fiscal.

A Diretoria da AFPAC é composta pelos seguintes membros:

Presidente: Thaianne Tramontina

Vice-Presidente: Josimar Ilha

Secretária: Filomena Salette Canossa Freyer

Vice - Secretária: Delize Ana Barrionuevo da Rosa

Tesoureira: Clasi Christmann

Vice - Tesoureira: Janice Fátima Siqueira

Conselho Fiscal

Presidente Nato: Rejane Buth Heemann

Membros (Professores): Nelita Zachi e Silvana Gonçalves de Souza

Membros (Alunos): Leandro Siqueira e Simone Valéria Gehlen

A Eleição ocorre a cada dois (2) anos Regimento Interno a cargo da diretoria, devendo ser apreciado em assembleia geral, por aclamação/e ou por voto secreto.

o) CURRÍCULO

Observando a dialética histórico-cultural em que estão inseridos os alunos de Educação de Jovens e Adultos, faz-se necessário um novo olhar sobre o currículo que se apresenta a estes. Um currículo próximo e real que vise à construção do conhecimento, onde este currículo possa ser utilizado como instrumento de vivências sociais e culturais.

O currículo é construído como um processo dinâmico a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais, da Proposta Curricular de Santa Catarina, do parecer de Educação de Jovens e Adultos, que é constantemente utilizado nesta escola, produzido pelo grupo através do Projeto Político Pedagógico, pois se compreende que tais ações passam pelo planejamento individual de cada professor e posterior discussão, e construção coletiva, na socialização, que envolve todos os segmentos da escola.

p) EDUCAÇÃO FÍSICA NA EJA.

No ano de 2010, implantou-se no Centro de Educação de Jovens e Adultos, a disciplina de Educação Física, considerando:

Que a Lei nº 9.394/96 que dispõe para a Educação Básica:

Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno: (Redação dada pela Lei nº 10.793, de 1º. 12.2003).

I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º. 12.2003).

II – maior de trinta anos de idade; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º. 12.2003).

III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º. 12.2003).

IV – amparado pelo Decreto-Lei no 1.044, de 21 de outubro de 1969; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º. 12.2003).

V – (VETADO) (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º. 12.2003).

VI – que tenha prole. (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º. 12.2003).

Dessa forma, a Educação Física é componente curricular obrigatório da Educação Básica, sendo sua prática facultativa ao aluno nos casos acima.

A educação Física, por ser parte do conhecimento historicamente produzido, deve reunir o que for de mais significativo, ligado aos conceitos de movimento/corporeidade, ginástica, jogo, dança e esporte.

q. PROCEDIMENTOS GERAIS CEJA SEARA/ 2016

- A instituição CEJA tem como objetivo a construção de conhecimento e não somente certificação.
- A oferta das disciplinas ocorrerá mediante nova metodologia da EJA conforme segue as disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática para E.F. (etapa A/B/C/D) terão início no 1º semestre e ou no 2º semestre, com dois encontros semanais durante 1 ano.

- Disciplinas de: ciências, história, geografia, artes e língua estrangeira para E.F. (etapas A/B/C/D) serão ministradas em um ano, porém com somente um encontro semanal.
- As disciplinas de Língua Portuguesa, Biologia e de Matemática para E.M. (etapas A/B/C) terão duração de um semestre com dois encontros semanais.
- As disciplinas de: Física, História, Geografia, Química, Artes, Sociologia, Filosofia, e Língua Estrangeira para E.M. (etapas A/B/C) serão ministradas em um único semestre com encontros semanais.
- No diário os comparecimentos deverão ser representados pela letra “C” e as faltas pela letra “F”. Ao encerrar o Bloco, eliminar os espaços em branco com um traço, além de datar e assinar.
- As datas das aulas ministradas deverão ser anotadas no diário, no local reservado a elas, identificando dia e mês (exemplo: 18/04). Em cada data deverão constar presenças e faltas. No verso do diário registrar os conteúdos e recuperação, ou possíveis fatos ocorridos que necessite ser registrado.
- Preencher todos os campos do diário de classe, usando somente caneta azul ou preta, mantendo a mesma cor do início ao final do diário.
- Alunos desistentes, não riscar ou pintar o nome, colocando apenas um traço lugar da frequência e registrando a data de desistência.
- Não será aceito rasuras nas anotações dos diários e nem o uso de corretivo.
- O professor ao final da disciplina deverá registrar o total de faltas; assinar seu diário de classe, registrando a data final (dia, mês e ano). Fazer observações abaixo da relação de nomes, identificando a data que está recuperando aluno, caso tenha havido alguma recuperação.
- O ponto deverá estar na secretaria do CEJA no máximo até o dia 03 (três) de cada mês. O registro nas extensões deverá ser em livro e enviada à fotocópia do mesmo (inclusive do coordenador). Também relatório das horas atividades.
- O professor poderá atuar somente em 3 (três) disciplinas; com no máximo 2 (dois) contratos.
- O contrato do professor será semestral.

- Horas A.D. devem ser cumpridas na Unidade Escolar e registradas num livro. O relatório, o coordenador enviará junto com o ponto.

- Professor com 40h – 8h / AD

- Professor com 30h – 6h / AD

- Professor com 20h – 4h / AD

- Professor com 10h – 2h / AD

- Ser pontual (observar o horário de início e término das aulas, evitando liberação antecipada). Sendo que, as aulas são de 45 minutos no período diurno com 15 minutos de intervalo e 40 minutos no noturno, com intervalo de 10 minutos.

- Comunicar a direção, com antecedência, em caso de atraso ou ausência (professor: providenciar pasta com atividades extras, caso seja necessário à interferência nas aulas).

- Os professores deverão comparecer às reuniões, encontros, seminários e outros eventos do CEJA para os quais forem convocados.

- Quando o professor fizer cursos, deverá providenciar substituto habilitado, com autorização da direção (obs.: substituto não assina o ponto).

- Quando o professor necessitar ausentar-se deverá informar antecipadamente.

- Alunos viajantes deverão ter atendimentos individuais de acordo com a carga horária do professor e, ou, legislação vigente.

- Proibido fumar nas dependências do CEJA, (conforme previsto em Lei nº 9294 de julho de 1996, Art. 2º, § 1º).

- Cumprir as metas elaboradas coletivamente.

- Não é permitida a presença em sala de aula de pessoas não matriculadas.

- Proibido o uso de celular durante as aulas, conforme previsto em Lei nº 14.363, de 25 de janeiro de 2008.

- Durante a aula os alunos deverão permanecer em sala, evitando as entradas e saídas frequentes, para que não ocorra a dispersão (falta de concentração).
- O aluno será avaliado de forma contextualizada, através dos seguintes critérios: Avaliação individual e coletiva; Trabalhos em grupo; Pesquisas; Produções; Debates, e outros.
- Em cada Bloco deverão ser registradas no mínimo 2 (duas) avaliações que resultarão em uma média, para no final da disciplina, ter a média final; as médias devem ser fechadas com números inteiros ou meios (exemplo: (7,5) (8,5)(9,5)(10).
- Média para aprovação em cada bloco, igual a 7,0 (sete) podendo assumir o $\frac{1}{2}$.
- 75% de frequência no mínimo, em cada bloco.
- Lembramos que a prática pedagógica norteada pelo regimento desta instituição funciona da seguinte forma:
 - As informações e avisos estarão no mural, torna-se obrigação dos alunos, professores e funcionários a leitura dos mesmos.
 - As turmas estarão abrindo nos meses de fevereiro e agosto.
 - O aluno que se inscrever numa disciplina e não comparecer, ou parar de frequentá-la, será dado como desistente pelo próprio sistema. É compromisso de toda a preservação do ambiente escolar (carteiras, banheiros, paredes, piso...), bem como, toda a ornamentação da escola.
 - Responsabilidade na entrega dos trabalhos. Nos dias de avaliação, em caso de ausência, apresentar justificativa para poder realizá-la. Faltando notas ao término do bloco, sem justificativa legal, o mesmo repetirá o bloco.

OBS: Será considerada justificativa para as faltas:

- Atestado médico do aluno;
- Atestado médico do filho, quando este for menor de idade;
- Declaração de trabalho em papel timbrado com carimbo e assinatura do superior imediato;
- Comprovante de frequência em cursos, oferecidos pela empresa onde trabalha.
- As faltas dos alunos serão recuperadas (conforme horário do professor) com trabalhos. O professor deverá fazer uma observação no diário quando o aluno apresentar a justificativa das faltas.

- Quanto aos livros didáticos, cabe ao aluno cuidar, conferir no momento da retirada do mesmo e utilizá-los somente para leitura e consulta. Em caso de perda ou má conservação deverá ressarcir-lo.
- Não será permitida a falta de respeito entre alunos, com professores, funcionários e colegas e quando isso vier a acontecer, cumprir-se-á o regimento.

r. PROCEDIMENTOS GERAIS NAES E UD s / 2016

A instituição CEJA tem como objetivo a construção de conhecimento e não somente certificação.

Os NAES e UD s são extensões do CEJA.

O coordenador deverá seguir orientações oriundas do CEJA, vindo às reuniões quando solicitado pela direção.

O professor deverá vir à Secretaria Regional / Seara setor RH e assinar o contrato munido de todos os documentos.

A data da vinda será agendada pela assistente de educação, o não comparecimento, poderá acarretar a perda da contratação para o bimestre em questão.

O ACT deverá ter 50% das disciplinas na sua habilitação, sob risco de não receber como habilitado.

De acordo com a I. N. 003/2008 o número mínimo de 20 (vinte) alunos para início de turma e o máximo de 30 (trinta).

s. Conselho de Classe:

* Refletir com o grupo (Professores, alunos e direção) as fragilidades levantadas no pré-conselho.

* Decidir com o grupo estratégias de intervenções que possibilitem trabalhar com as dificuldades e as possibilidades apresentadas pelos estudantes.

* Registrar a ata do conselho de classe.

Encaminhamentos após o conselho de classe.

- Acompanhamento das ações
- Conversas individuais e coletivas.

5. DIMENSÃO FINANCEIRA

Realizamos ações de planejamento participativo, acompanhamento à avaliação da aplicação dos recursos financeiros da escola adquiridos pelo PDDE, CEPESC e de promoções como rifas organizadas pela Associação dos Funcionários, Professores e Alunos do CEJA. Também buscamos parcerias com a comunidade local. Levamos em conta as necessidades do projeto pedagógico, os princípios da gestão pública e a prestação de contas à comunidade. Os recursos financeiros geralmente não são suficientes sendo que praticamente tudo é usado para material de custeio, frente a esta situação nossa proposta é mudar a parcela de recursos advindos do PDDE de 20% de capital para 80%, e assim adquirir um computador para a sala dos professores, aumentar a venda da rifa que a escola organiza para suprir as necessidades de material de custeio.

6. DIMENSÃO FÍSICA

O CEJA Seara tem sua sede na E.E.B. Seara e compartilha a estrutura física deste estabelecimento escolar. Já em relação às UD's estas compartilham espaços cedidos por escolas estaduais e municipais dos municípios em que as mesmas funcionam. Somente o NAES de Itá tem uma estrutura física própria cedida pelo município. Nas escolas onde funcionam as UD's e o CEJA são espaços adequados para o funcionamento das atividades escolares. Na sede temos salas de aula o suficiente para ministrar as aulas, utilizamos sala de informática, laboratório de química, auditório, refeitório, biblioteca, ginásio e quadras para as

aulas de educação física. Essa situação não muda muito nas UDs, pois, as escolas com as quais compartilham o espaço possuem praticamente os mesmos espaços.

7. METAS

Realizar conselho de classe participativo a cada semestre.
Elevar o padrão da qualidade de ensino gradativamente.
Integrar e escola com a comunidade
Acompanhar o processo pedagógico da escola.
Apoiar o professor na elaboração de estratégias, visando atender as especificidades de seus alunos.
Promover uma gestão democrática.
Realizar uma gestão eficaz de serviços, preservação do patrimônio, documentos e registros escolares.
Planejar e gerir com democracia os recursos financeiros.
Conservar o prédio em boas condições.

Ações

Tipo	Dimensão pedagógica
Título	Conselho de Classe Participativo.
Ação	Acompanhar o processo pedagógico da escola no seu dia a dia.
Objetivos específicos	Acompanhar o fluxo de atendimento da escola aos educando e suas famílias. Gerenciar a execução do calendário escolar garantindo a seu total cumprimento.

	<p>Acompanhar o desempenho, frequência e evasão escolar. Ouvir o educando sobre situações de aprendizagem vivenciadas na sala de aula.</p> <p>Dialogar com a equipe de docentes sobre o desenvolvimento dos alunos e identificar fragilidades a serem superadas.</p>
Início	09/02/2016
Fim	22/12/2019
Público alvo	Alunos
Recursos	Humanos. (Direção, professores, alunos e famílias).
Responsáveis pela ação	Equipe gestora e professores

Tipo	Dimensão pedagógica
Título	Qualidade no Ensino
Ação	Concentrar ações voltadas para a garantia ao acesso dos educandos à escola, bem como sua permanência e sucesso no processo educativo.
Objetivos específicos	<p>Criar gincanas educativas envolvendo a comunidade escolar.</p> <p>Promover reuniões e/ou palestras para comunidade escolar.</p> <p>Tomar decisões colegiadas quanto à melhoria da produtividade na escola.</p> <p>Buscar, coletivamente, soluções para os problemas pedagógicos da escola.</p>

Início	09/02/2016
Fim	22/12/2019
Público alvo	Alunos
Recursos	Estaduais e próprios.
Responsáveis pela ação	Equipe gestora e professores.

Tipo	Dimensão pedagógica
Título	Integração escola x comunidade
Ação	Fortalecer a integração da escola com a comunidade.
Objetivos específicos	<p>Construir parcerias entre família e escola.</p> <p>Realizar trabalhos de parceria entre a comunidade escolar e CONSEG.</p> <p>Convidar a comunidade escolar para participar de eventos como festa junina, desfile cívico e outros.</p> <p>Envolver a todos os segmentos da escola na construção do PPP.</p>
Início	09/02/2016
Fim	22/12/2019
Público alvo	Alunos

Recurso	Estaduais e próprios
Responsáveis pela ação	Equipe gestora e Professores.

Tipo	Dimensão pedagógica
Título	Processo Pedagógico da Escola.
Ação	Acompanhar o processo pedagógico da escola no seu dia a dia.
Objetivos específicos	<p>Buscar estratégias e alternativas para a superação dos problemas pedagógicos.</p> <p>Proporcionar a comunidade escolar momentos de reflexão a avaliação pedagógica.</p> <p>Construir parcerias entre família e escola.</p> <p>Criar dinâmicas metodológicas que atinjam o interesse do educando.</p>
Início	09/02/2016
Fim	22/12/2019
Público alvo	Alunos e professores.
Recurso	Estaduais e próprios
Responsáveis pela ação	Equipe Gestora

Tipo	Dimensão pedagógica
Título	Apoio ao docente.
Ação	Liderar e programar projetos e práticas eficientes para a melhoria na qualidade do processo ensino aprendizagem.
Objetivos específicos	<p>Dialogar com professores sobre o desenvolvimento dos alunos e identificar fragilidades a serem superadas.</p> <p>Apoiar e criar condições para aplicar metodologias de ensino e aprendizagem presentes nas diretrizes oficiais.</p> <p>Fomentar o desenvolvimento de ações pedagógicas inovadoras de acordo com o Projeto Político Pedagógico.</p> <p>Planejar as ações pedagógicas a partir dos resultados da</p>

	avaliação da aprendizagem dos alunos.
Início	09/02/2016
Fim	22/12/2019
Público alvo	Professores
Recurso	Estaduais e Próprios
Responsáveis pela ação	Equipe gestora e professores.

Tipo	Dimensão administrativa
Título	Gestão Democrática
Ação	Promover uma gestão de pessoas que valorizem a escola como comunidade de aprendizagem e se comprometam com a superação contínua.
Objetivos específicos	<p>Valorizar os profissionais da escola adotando medidas que auxiliem seu desempenho profissional.</p> <p>Promover ações para o ingresso de novos alunos.</p> <p>Promover e manter um clima organizacional ético e produtivo, favorável à melhoria do coletivo e à resolução de conflitos.</p> <p>Saber ouvir e utilizar as opiniões dos outros, compartilhando informações e decisões.</p> <p>Delegar atividades, orientar e monitorar a equipe no exercício de suas atribuições.</p> <p>Valorizar as relações interpessoais na consolidação da equipe integrando profissionais da escola, pais e alunos.</p> <p>Atender às exigências procedimentais relativas ao pessoal.</p>

Início	09/02/2016
Fim	22/12/2019
Público alvo	Comunidade Escolar
Recurso	Estaduais e Próprios.
Responsáveis pela ação	Equipe gestora.

Tipo	Dimensão administrativa
Título	Serviços, patrimônio, documentação e registros escolares.
Ação	Realizar as atividades burocráticas com agilidade e eficácia.
Objetivos específicos	<p>Realizar práticas de organização, atualização de documentação, escrituração, registros de alunos, diários de classe, estatísticas, legislação e outros, para um atendimento ágil à comunidade escolar e ao sistema de ensino.</p> <p>Utilizar de forma apropriada às instalações, os equipamentos e os materiais pedagógicos, incluindo os recursos tecnológicos.</p> <p>Promover ações que assegurem a conservação, higiene, limpeza, manutenção e preservação do patrimônio escolar e materiais pedagógicos.</p>
Início	09/02/2016
Fim	22/12/2019
Público alvo	Comunidade Escolar.
Recurso	Estaduais e próprios.
Responsáveis pela ação	Equipe Gestora.

Tipo	Dimensão financeira
Título	Gestão Financeira Democrática.
Ação	Aplicar na sua totalidade todos os recursos financeiros recebidos, frisando a importância do planejamento e da gestão financeira democrática e transparente para uma melhor qualidade de ensino.

Objetivos específicos	<p>Aplicar os recursos financeiros recebidos pelo PDDE e outras fontes efetuando os gastos de acordo com os procedimentos legais.</p> <p>Assegurar a autonomia da instituição escolar através dos recursos financeiros possibilitando condições para suprir as necessidades e prioridades conforme deliberação da AFPAC.</p> <p>Buscar fontes alternativas para criar e obter recursos, espaços e materiais complementares para a melhoria da realização do projeto pedagógico da escola.</p>
Início	09/02/2016
Fim	22/12/2019
Público alvo	Comunidade escolar
Recurso	-
Responsáveis pela ação	Equipe Gestora e Diretoria da AFPAC.

Tipo	Dimensão física
Título	Conservação do Prédio Escolar
Ação	Promover ações que assegurem a conservação, higiene, limpeza, manutenção e preservação da estrutura física da escola.
Objetivos específicos	<p>Conservar o prédio escolar em boas condições.</p> <p>Manter o convênio com os municípios e incentivar os mesmos para a melhoria dos espaços físicos existentes.</p> <p>Desenvolver projetos na escola conscientizando os alunos a zelarem pela conservação do espaço físico utilizado.</p>
Início	09/02/2016
Fim	22/12/2019
Público alvo	Comunidade Escolar
Recurso	Próprios, municipais e estaduais.
Responsáveis pela ação	Gestores Municipais e Equipe Gestora da Escola.

